FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



22

RELATÓRIO ANUAL

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

22

RELATÓRIO ANUAL

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

A Fundação em números



Estudos



8
ESTUDOS
PUBLICADOS



30
CANDIDATURAS
ANALISADAS

Publicações



20
LIVROS
EDITADOS



+5%
VENDAS
(*vs.* 2021)

Pordata



2,5M
VISITAS AO *SITE*



1,6M
UTILIZADORES



10
PRESS RELEASES

2.701
NOTÍCIAS NOS *MEDIA*
(mais 17% *vs.* 2021)

Eventos & Comunicação



55,7M
AUDIÊNCIA TOTAL NAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO (+90% *vs.* 2021)



4.813
NOTÍCIAS NOS *MEDIA*
(+10% *vs.* 2021)

Digital



108 m
MÉDIA MENSAL DE UTILIZADORES DO *SITE*
(+297% *vs.* 2021)



375 m
SEGUIDORES NAS REDES SOCIAIS
(+15% *vs.* 2021)

Índice



Atividade

11 Introdução
13 Órgãos Sociais
15 Participação no Centro Português de Fundações
15 Gestão Operacional
18 Estudos
28 Publicações
32 Pordata
38 Comunicação e Eventos da Fundação
44 Área Digital
49 A Fundação e os *Media*
57 Relatório Financeiro do Exercício de 2022
58 Perspetivas para 2023



Contas

60 Balanço
61 Demonstração dos Resultados por Naturezas
62 Demonstração de Fluxos de Caixa (método direto)
63 Anexo
83 Certificação Legal das Contas
85 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Anexos

Anexo I
88 Carta de Princípios

Anexo II
89 Estatutos

Anexo III
99 Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

Anexo IV
110 Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013

Anexo V
112 Despacho de Autorização de Alteração Estatutária

Anexo VI
113 Organigrama da Fundação a 31/12/2022

Anexo VII
114 Procedimentos para a Avaliação de Atividades da Fundação

Anexo VIII
116 Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2022

Anexo IX
120 Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2022

Anexo X
121 Lista de Estudos da Fundação

Anexo XI
131 Lista de Ensaios da Fundação, 2010–2022

Anexo XII
135 Lista de Retratos da Fundação, 2014–2022

Anexo XIII
137 Lista de Outros Livros da Fundação, 2014–2022
139 A Equipa da Fundação em 2022

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Atividade



O ano de 2022 foi de transição
na Fundação, assegurando
a continuidade dos programas
e o impacto de toda a atividade.

Introdução

AO LONGO DO ANO, foram apresentados oito estudos sobre o mercado imobiliário, os impactos e as lições da pandemia, o financiamento ao empreendedorismo, os territórios de bem-estar, o financiamento das PME portuguesas, os grupos de interesse no sistema político português, o Estado regulador e a ética e integridade na política. Este último contou com um novo formato de apresentação, numa sessão privada para decisores, garantindo que as conclusões do estudo chegam a estes e são por eles conhecidas e debatidas.

Também nas publicações se manteve um ritmo intenso de edição de Ensaios e Retratos, bem como a participação na Feira do Livro de Lisboa, este ano com extraordinário sucesso de vendas. De referir que a área editorial da Fundação foi galardoada em 2022 com o prémio Portugal Inspirador.

A Pordata manteve a sua atividade com grande impacto na imprensa e na comunidade, em especial com a edição de retratos como os da pobreza ou das migrações, que mereceram a atenção de milhões de Portugueses e marcaram a agenda política, mediática e social do país.

No plano da programação própria, continuou a ser emitido o *podcast [IN]Pertinente*, com as suas duplas de comunicadores e investigadores; o *videocast Isto Não É Assim Tão Simples*, com grandes temas e grandes nomes; a temporada três dos debates "Praça da Fundação"; e mais uma edição do ciclo de conferências "Mês da Ciência e da Educação", este ano

dedicado ao tema das alterações climáticas. De salientar ainda as parcerias estabelecidas com meios de comunicação social, que garantiram a divulgação das atividades da Fundação nas televisões, na rádio e nos jornais.

Em setembro, como já vem sendo habitual, teve lugar mais uma edição da Escola de Verão, este ano em formato presencial, com 70 alunos de todo o país que passaram uma semana com a Fundação a discutir o tema das alterações climáticas. O evento contou com a presença do Presidente da República.

É importante assinalar, também, o encontro "Outra vez, nunca mais", realizado em maio, por ocasião do lançamento do estudo sobre os impactos da pandemia, que contou com diversos especialistas nacionais e internacionais para fazer o balanço da pandemia e preparar o futuro para o possível surgimento de novas pandemias.

A Fundação prosseguiu a sua missão de trazer aos Portugueses um conhecimento da sua realidade mais rigoroso e de promover o debate sobre a melhoria das suas condições de vida.

O ano de 2022 foi de crescimento nos diversos planos de intervenção da Fundação, com uma audiência de 55 milhões, o que representa um crescimento de 90% face a 2021. Este crescimento apenas foi possível devido à presença em televisão da maior parte dos estudos, como "Ética e Integridade na Política", "O Estado Regulador em Portugal" e "Um novo normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal", assim como dos livros *Mandem Saudades*, *Populismo*, *a Religião dos Livros*, mas também devido aos *press releases* da Pordata, às parcerias com os *media*, tais como a Rádio Renascença, o programa *Falar Global* (da CMTV), a SIC (utilizando dados da Pordata) e com a SIC Notícias (com o intuito de prolongar a divulgação do estudo "Um novo paradigma para a economia portuguesa", publicado em 2021). As atividades da Fundação geraram 4.813 notícias, mais 10% do que em 2021, que originaram um AAV (*Automatic Advertising Value*) de 157 milhões de euros, mais 80% do que no ano anterior. Além deste crescimento, a Fundação atingiu o terceiro lugar no que respeita à notoriedade das Fundações, ultrapassando a Fundação Mário Soares, que ocupava anteriormente esse lugar.

Importa assinalar também o lançamento do novo *site* da Fundação, e a campanha de publicidade a ele associada, que muito contribuiu para que a atividade da Fundação chegasse a um público cada vez mais vasto e diversificado.

Ao longo do ano, a Fundação prosseguiu a sua missão de trazer aos Portugueses um conhecimento da sua realidade mais rigoroso e de promover o debate sobre a melhoria das suas condições de vida. Para isso, continuará a empenhar-se na produção de conteúdos rigorosos e de qualidade, na garantia de que esses conteúdos cheguem aos Portugueses, incluindo aos que podem, e devem, tomar decisões e, bem assim, a assegurar que as mudanças no sentido da promoção das condições de vida, do desenvolvimento económico e da melhoria da qualidade da democracia se realizam, procurando desta forma um país mais próspero para todos.

Órgãos Sociais

Em 2022, houve uma importante alteração ao nível dos órgãos sociais da Fundação. No dia 1 de setembro, o presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, Jaime Gama, cessou funções e passou a integrar o Conselho de Curadores. O administrador Gonçalo Saraiva Matias foi nomeado presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. No final do ano, os órgãos sociais da Fundação eram compostos pelos seguintes membros:

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos (presidente), Alda Carvalho, António Lobo Xavier, Eduardo Marçal Grilo, Jaime Gama, Luís Amado, D. Manuel Clemente, Nuno Garoupa.

Conselho de Administração

Gonçalo Saraiva Matias (presidente), António Araújo, Fátima Barros, Inês Soares dos Santos Canas, Helena Bento, Maria Manuel Mota, Luísa Loura, Nuno Crato.

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos (presidente), Paula Prado, EY.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva, constituída por membros do Conselho de Administração, e presidida pelo presidente do Conselho de Administração, Gonçalo Saraiva Matias, é responsável pela gestão corrente da Fundação. Integra ainda os administradores Helena Bento (diretora-geral), António Araújo (diretor de Publicações), e Luísa Loura (diretora da Pordata).

A Comissão Executiva realizou 44 reuniões ao longo do ano, tendo continuado a informar regularmente os órgãos sociais sobre as atividades da Fundação.

Para melhor disseminar internamente a informação relativa às atividades realizadas, a *newsletter* da Fundação continuou a ser publicada com regularidade mensal, e enviada a todos membros que, de forma relevante, integram o universo da Instituidora.

É de realçar a colaboração ocorrida com o Conselho Fiscal, bem como com o auditor externo, o que muito contribui para que a atividade da Fundação seja criteriosamente escrutinada em termos de transparência financeira e contabilística.

De igual modo, a Fundação mantém um diálogo permanente com a Presidência do Conselho de Ministros, que desempenha legalmente as funções de órgão de supervisão do setor fundacional português, cumprindo rigorosamente as normas e os preceitos legais que, com essa finalidade, têm vindo a ser aprovados.

Participação no Centro Português de Fundações

No ano de 2022, a Fundação Francisco Manuel dos Santos manteve, através do administrador executivo António Araújo, uma participação ativa na Direção do Centro Português de Fundações (CPF), no âmbito do qual foram levadas a cabo, no plano nacional e internacional, diversas iniciativas de defesa e promoção do setor fundacional português.

Neste sentido, foi acompanhado de perto o processo de implementação da Lei-Quadro das Fundações e da Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, bem como outras ações relativas ao setor fundacional português, como a revisão estatutária do CPF, a divulgação de estudos sobre a temática da filantropia e a realização do Encontro Ibero-Americano da Sociedade Civil, que reuniu em Lisboa representantes das principais fundações portuguesas, espanholas e da América Central e Latina.

Gestão Operacional

Em 2022, a equipa operacional da Fundação continuou a ser dirigida pela administradora executiva e diretora-geral, Helena Bento, que prossegue a execução da gestão corrente traçada pela Comissão Executiva, tendo em conta o papel dos seus outros membros na coordenação das áreas específicas de Estudos, Publicações e Pordata.

A equipa operacional da Fundação esteve organizada da seguinte forma:

Estudos

João Tiago Gaspar (Head of Research and Science Communication),
Rita Rosado, Clara Bento e Inês Renda;

Publicações

Susana Norton (Team Leader) e Duarte Vaz-Pinto (consultor externo);

Gestão de conteúdos digitais e redes sociais

Joana Ferreira da Costa (Team Leader), Filipa Basílio e Joana Batista;

Assessoria de imprensa e gestão de parcerias

Mariana Vaz da Silva;

***Marketing* e Inovação**

Marta Lopes (Team Leader até novembro); Teresa Pina (Team Leader a partir de novembro), Filipa Coelho e Richard Freuis;

Pordata

Ana Luísa Barbosa (Team Leader), Mónica Santos, Joana Zózimo, Sofia Barão, Inês Falcão e Marta Miranda (até outubro);

Finanças

José Quinta;

IT e Sistemas

Rui Pimentel (até novembro) e Géssio Moreira (a partir de novembro).

A Comissão Executiva é apoiada nas suas funções por Maria Boavida, na qualidade de assessora do presidente do Conselho de Administração, e por Isabel Bernardes, na qualidade de assistente executiva da Administração.

Dois mil e vinte e dois foi um ano de grande crescimento em termos do alcance que as atividades da Fundação tiveram na sociedade, o que permitiu que atingisse o terceiro lugar no *ranking* de notoriedade das fundações portuguesas. Foi também o ano em que a transformação digital da Fundação teve como resultado visível o relançamento do portal ffms.pt, assente numa experiência de utilização alinhada com as melhores práticas: *mobile first*, pesquisa temática, área de *Play* com toda a programação audiovisual organizada numa lógica de canal de *streaming* e uma livraria completamente renovada.

Em termos de resultados, em 2022, a Fundação:

- Chegou a mais de 55 milhões de pessoas com a sua programação, um crescimento de 90% *vs.* o ano anterior;
- Gerou uma cobertura nos *media* que, se fosse paga, equivaleria a 157 milhões de euros (+80% *vs.* 2021);
- Concretizou ganhos de eficiência que permitiram aumentar o seu alcance, com uma dotação equivalente à de anos anteriores, mas uma redução no custo por contacto de 41%;
- Aumentou a perceção pública da importância do seu trabalho, já que 89% das pessoas que conhecem a Fundação considera muito relevante o impacto que tem na sociedade (*vs.* 86% em 2021);
- Aumentou as suas comunidades nas redes sociais, que hoje atingem quase 400 mil seguidores, mais do que duplicando o seu alcance e o nível de *engagement*.

Estes resultados estão assentes nos seguintes pilares:

- Uma estratégia programática assente numa combinação entre programação própria e parcerias com os *media*. As parcerias permitem a maximização do alcance e programação própria, independência e profundidade na abordagem;
- Uma estratégia de conteúdos e de investimento específica para cada rede social, com medição permanente dos resultados alcançados e incorporação de melhorias;
- Formação prestada à equipa, nomeadamente nas áreas de: gestão de tempo, produtividade, responsabilização e melhoria contínua, no seguimento da formação aos Team Leaders, que aconteceu em 2021. Foram criadas formas de trabalho e critérios de avaliação de resultados, o que facilita bastante o alinhamento de toda a equipa no caminho traçado;
- Reformulação dos *press releases* divulgados periodicamente pela Pordata: destacando as mensagens-chave, simplificando a informação, e selecionando os ângulos, representando um contributo relevante para o crescimento de 314% no AAV que geraram este ano;
- Aumento da eficácia das parcerias de *media* estabelecidas, com melhorias na forma como são trabalhados os conteúdos e na adaptação do tom e dos formatos aos públicos visados. É de destacar a parceria com o programa *Falar Global*, na CMTV, que alcançou 6,4 milhões de espectadores em 2022 (+130% *vs.* 2021) com programas sobre os desafios

económicos do país e sobre literacia estatística, assim como a parceria com a Impresa (SIC Notícias e *Expresso*) intitulada "O que Portugal precisa para crescer", no âmbito da qual foram realizados seis debates em *prime time* e publicados 12 artigos no jornal *Expresso*, gerando uma audiência de 400 mil pessoas, a um custo por contacto de 0,39 €;

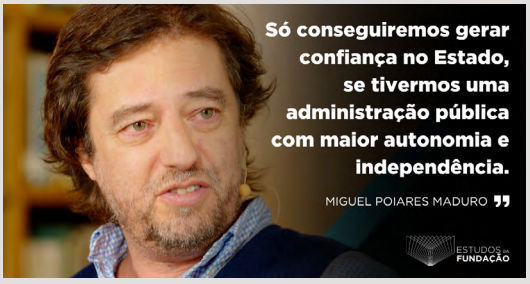
Num balanço global, 2022 foi um ano de superação que permitiu à Fundação alcançar o terceiro lugar de notoriedade no *ranking* das fundações em Portugal, conquistado com a adoção, por parte da equipa da Fundação, de melhores métodos de trabalho, de um maior conhecimento do seu público e de um enfoque na eficiência nos recursos. A programação da Fundação obteve, em 2022, um maior alcance e mais impacto, continuando a divulgar os factos com total rigor, a promover o debate informado e a contribuir, cada vez mais, para a mudança de que Portugal precisa.

Estudos

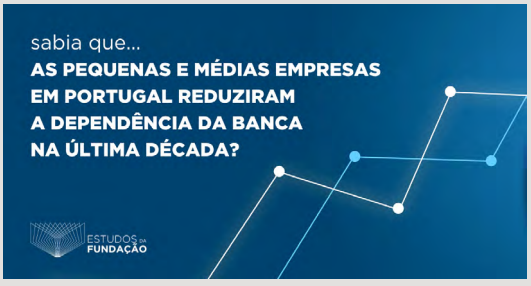
A coordenação científica da Fundação sofreu alterações durante o ano de 2022. Em setembro, Gonçalo Saraiva Matias, que ocupava as funções de Diretor de Estudos e de membro do Conselho de Administração desde maio de 2018, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Fundação. Na sequência dessa alteração, João Tiago Gaspar passou a assumir a função de Head of Research and Science Communication. A equipa é ainda constituída por Rita Rosado e passou a integrar, em 2022, Clara Bento (em substituição de Mónica Barreiros) e Inês Renda. Esta equipa contou com o apoio de três consultores científicos: Carlos Jalali, para a área de Instituições; Fernando Alexandre, para a área de Economia; e Luísa Lima, para a área de Sociedade.

Este foi o segundo ano do corrente Programa de Estudos da Fundação (2021–2023), apresentado publicamente à comunidade académica portuguesa no dia 8 de abril de 2021. Desde essa data, a equipa de estudos da Fundação recebeu cerca de 70 candidaturas, um valor idêntico ao verificado durante o período homólogo do Programa de Estudos anterior (2018–2020).


FINANCIAMENTO A PEQUENAS
E MÉDIAS EMPRESAS PORTUGUESAS
EM TEMPOS DE CRISE E
RECUPERAÇÃO
VEJA O DEBATE
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO
3000
2500
2000
2139.88
1863.4
1661.12
1704.96

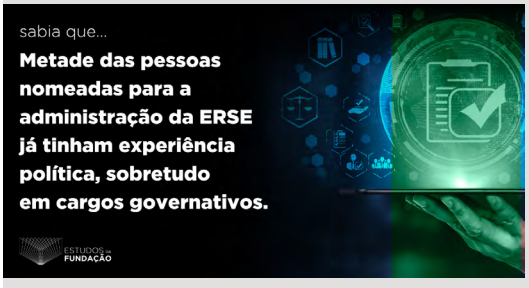

Só conseguiremos gerar
confiança no Estado,
se tivermos uma
administração pública
com maior autonomia e
independência.
MIGUEL POIARES MADURO
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

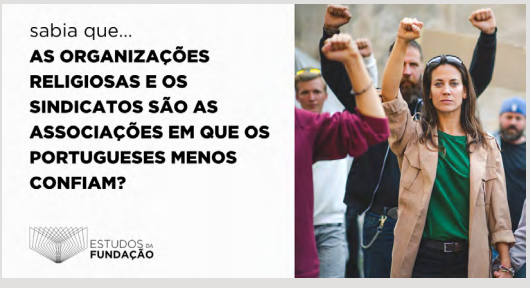

A separação
de poderes tem
sido beliscada
nos últimos meses
sem consequências.
ANTÓNIO JOSÉ SEGURO
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO


sabia que...
AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
EM PORTUGAL REDUZIRAM
A DEPENDÊNCIA DA BANCA
NA ÚLTIMA DÉCADA?
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO


1.000 EUROS A MAIS DE
FINANCIAMENTO AUMENTA
EM 11% A PROBABILIDADE DE
UMA IDEIA SE CONCRETIZAR
EM NEGÓCIO
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO


COMO SE COMPARAM OS PREÇOS
DA HABITAÇÃO EM PORTUGAL
COM A DE OUTROS PAÍSES DA EUROPA?


sabia que...
Metade das pessoas
nomeadas para a
administração da ERSE
já tinham experiência
política, sobretudo
em cargos governativos.
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO


sabia que...
AS ORGANIZAÇÕES
RELIGIOSAS E OS
SINDICATOS SÃO AS
ASSOCIAÇÕES EM QUE OS
PORTUGUESES MENOS
CONFIAM?
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO


A MAIORIA DOS
PORTUGUESES PREFERE
COMPRAR CASA OU
ARRENDAR?
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO


sabia que...
HÁ MAIS IDOSOS
DO QUE CRIANÇAS
EM 96%
DOS MUNICÍPIOS
DE PORTUGAL
CONTINENTAL
ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

Nove destas propostas transitaram para a segunda fase do processo de candidaturas e estão a ser avaliadas por *referees* externos, aplicando-se o método de revisão *double-blind*, por forma a garantir a isenção dos avaliadores.

No decorrer do ano de 2022, foram ainda adjudicados três estudos, dois da área da Economia e um da área de Instituições, a saber: "Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas empresas portuguesas", coordenado por Filipe Santos (Católica Lisbon School of Business), "The Role of Portuguese Manufacturers/Suppliers in Sustainability-Oriented Innovation and Competitiveness in The Clothing and Textile Industry", coordenado por Céline Abecassis-Moedas (Católica Lisbon School of Business) e "Governantes: Competências Ministeriais em Portugal, em Perspetiva Comparada", coordenado por António Costa Pinto e Marcelo Camerlo (ICS-ULisboa).

2022 foi um ano de consolidação da área de estudos da Fundação, tendo sido apresentados oito estudos que geraram um grande impacto social e mediático. A estratégia traçada para o Programa de Estudos (2021–2023) foi desenvolvida em estrito cumprimento das determinações dos Órgãos Sociais da Fundação.

I. ESTUDOS PUBLICADOS EM 2022

Durante o ano de 2022 foram publicados oito estudos no total — três estudos da área de Economia, três estudos da área de Instituições e dois da área de Sociedade. A saber:

1. "O mercado imobiliário em Portugal"



Coordenação: Paulo Rodrigues (Banco de Portugal e Nova SBE)
Apresentação pública: 4 de abril de 2022
Sinopse: Este estudo apresenta uma caracterização detalhada das diferentes dimensões do mercado imobiliário português até ao início de 2020. Nesse sentido, explora ângulos como a evolução dos preços nas últimas décadas, a acessibilidade habitacional e o arrendamento urbano. Infelizmente, aquando da preparação

dos diferentes capítulos, não existia informação suficiente sobre o impacto da pandemia de COVID-19 no mercado imobiliário. No entanto, as análises desenvolvidas nos vários capítulos serão certamente úteis para a projeção de potenciais trajetos de evolução futura do mercado imobiliário em Portugal.

2. "Um novo normal? Lições e impactos de pandemia em Portugal"



Coordenação: Nuno Monteiro (Universidade de Yale) e Carlos Jalali (Universidade de Aveiro)
Apresentação pública: 28 de maio de 2022
Sinopse: Poucos meses depois do surgimento da pandemia de COVID-19, a Fundação Francisco Manuel dos Santos decidiu iniciar um estudo que apurasse os principais impactos da referida pandemia em setores externos ao sistema de saúde, como a economia, a sociedade, as instituições democráticas, e a política internacional. Nesse sentido, desenvolveu-se um projeto abrangente e multidisciplinar, inicialmente coordenado por Nuno Monteiro, da Universidade de Yale, entretanto precocemente desaparecido e substituído por Carlos Jalali (Universidade de Aveiro). Entre outros instrumentos, a equipa de investigação recorreu à aplicação de inquéritos *online* e telefónicos, com o intuito de assegurar a representatividade da população portuguesa, divididos em duas fases. Os resultados da primeira ronda de inquéritos foram divulgados em julho de 2021 e o estudo final foi publicado em maio de 2022, cerca de dois anos depois do período de confinamento iniciado na Primavera de 2020.

3. "O financiamento de PME portuguesas: a crise e a recuperação entre 2008 e 2018"



Coordenação: Clara Raposo (ISEG-ULisboa)
Apresentação pública: 6 de junho de 2022
Sinopse: Este estudo tem como objetivo medir o impacto do Programa PME Líder sobre o desempenho, o acesso a financiamento e o investimento das

empresas que aderiram ao referido programa. Quantificou-se o efeito daquele programa sobre as empresas que recebem a sua certificação e, em simultâneo, sobre as empresas que estabelecem relações comerciais com as empresas certificadas.

O programa PME Líder foi lançado em 2008 pelo IAPMEI e pelo Turismo de Portugal e foi distinguido em 2016 com o prémio *European Enterprise Promotion Award*, atribuído pela Comissão Europeia. O principal objetivo deste programa era garantir que as PME com um bom desempenho tivessem acesso a financiamento durante a crise financeira internacional, o que se revelava particularmente relevante em Portugal dada a elevada proporção de PME na economia.

4. "Os grupos de interesse no sistema político português"



Coordenação: Marco Lisi (Nova FCSH)
Apresentação pública: 20 de junho de 2022
Sinopse: Apesar de os grupos de interesse (entendidos como organizações não partidárias envolvidas em atividades políticas) terem uma presença quotidiana na vida dos cidadãos, o conhecimento existente sobre esta realidade em Portugal é muito escasso. Este estudo procura contrariar essa tendência, quer recolhendo informação sobre este tipo de entidades, quer analisando a perceção que os cidadãos têm delas. Com este projeto, os autores tentaram responder a questões como: Quais são os grupos com maior visibilidade e atividade na esfera política em Portugal? Que instrumentos e estratégias utilizam para defenderem os seus interesses? Os cidadãos confiam nos diferentes tipos de associações? E como avaliam a sua ação e o contributo dos grupos de interesse para a democracia?

5. "Financiamento do empreendedorismo em Portugal: restrições de liquidez"



Coordenação: Miguel Ferreira (Nova SBE)
Apresentação pública: 27 de junho de 2022

Sinopse: Este estudo tem como principal objetivo avaliar o efeito das restrições financeiras no empreendedorismo. Para medir este efeito, o estudo analisa o programa Montante Único, que permitia a qualquer pessoa abrangida pelo subsídio de desemprego receber antecipadamente o valor total dos seus subsídios para criar um negócio. Este projeto foi inovador na medida em que apresentou evidências empíricas inéditas sobre o efeito causal entre o acesso a financiamento e a quantidade e a qualidade do empreendedorismo desenvolvido em Portugal.

6. "Territórios de bem-estar: assimetrias nos municípios portugueses"



Coordenação: Rosário Mauritti (ISCTE-IUL)
Apresentação pública: 25 de julho de 2022
Sinopse: O que contribui para o bem-estar dos cidadãos? Em que medida a pertença a determinadas categorias sociais ou o acesso a recursos (como o rendimento ou a escolaridade) se relacionam com as condições de bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos? Como deveremos avaliar e medir o progresso das sociedades? Para responder a estas e outras questões, os autores propõem um sistema de indicadores que permite aferir as condições de bem-estar, contrastando diferentes territórios de Portugal.

7. "O Estado Regulador em Portugal: evolução e desempenho"



Coordenação: Ana Lourenço (Católica Porto Business School)
Apresentação pública: 15 de novembro de 2022
Sinopse: O objetivo principal deste estudo é analisar a evolução e o desempenho do Estado Regulador em Portugal, na sua dupla vertente de regulação por entidades reguladoras independentes e de salvaguarda da regulação por um tribunal de competência especializada: o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS). Esta

análise inclui três estudos de caso ilustrativos do fenómeno da regulação em Portugal: a ERSE — Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, a Autoridade da Concorrência (AdC) e a ANACOM — Autoridade Nacional de Comunicações. Entre outras coisas, este estudo avalia o grau de independência das entidades reguladoras a dois níveis: por um lado, a sua independência formal/legal; por outro, a sua independência de facto do poder político.

8. "Ética e integridade na política: perceções, controlo e impacto"



Coordenação: Luís de Sousa e Susana Coroado (ICS-ULisboa)
Data prevista de apresentação: 5 de dezembro de 2022
Sinopse: Os níveis de confiança dos cidadãos nos parlamentos e nos governos nacionais têm vindo a cair nos últimos anos, de forma consistente, em várias democracias. Os autores deste estudo desenvolveram questionários com o intuito de avaliar divergências de opinião entre os cidadãos e os detentores de cargos públicos no que respeita a considerações éticas. Além disso, procuraram ainda aferir se o declínio percecionado de padrões éticos por parte de detentores de cargos públicos tem impacto no nível de satisfação dos cidadãos com o regime democrático.

II. ESTUDOS A PUBLICAR EM 2023

1. "Como comemos o que comemos: um retrato do consumo de refeições em Portugal"

Coordenação: Ana Isabel Costa (Católica Lisbon School of Business)
Data prevista de apresentação: maio de 2023
Sinopse: Em Portugal, mais de metade dos adultos e de um terço dos adolescentes têm excesso de peso ou são obesos. A investigação empírica demonstra que consumir alimentos preparados fora de casa contribui para uma dieta desequilibrada, mas a verdade é que se sabe muito pouco sobre os

consumos alimentares dos Portugueses. Assim, este estudo tem como objetivo principal a análise da evolução dos comportamentos individuais de planeamento, confeção e consumo de refeições em Portugal entre 2000 e 2020.

2. "O impacto do IRC na economia portuguesa"

Coordenação: Pedro Brinca (Nova SBE)
Data prevista de apresentação: junho de 2023
Sinopse: A tributação direta sobre as empresas instituída em 1989, vulgo Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), tem vindo a tornar-se um importante instrumento de competitividade da economia de um país. Este estudo pretende contribuir para a análise do impacto que o sistema fiscal português e as suas sucessivas alterações têm na realidade económica, social e jurídica do país, através do mapeamento das reformas verificadas ao longo dos anos.

3. "O mercado imobiliário em Portugal no pós-pandemia"

Coordenação: Paulo M. M. Rodrigues (Nova SBE e BdP)
Data prevista para a apresentação: setembro de 2023
Sinopse: Após o estudo "O mercado imobiliário em Portugal", divulgado em abril de 2022, e dada a premência do tema da habitação nos grandes centros urbanos, este *policy paper* tem como objetivo analisar a situação do mercado imobiliário em Lisboa e no Porto no período pós-pandemia, bem como apresentar propostas concretas de políticas públicas. Por forma a atingir esses dois objetivos, o *policy paper* apresenta a caracterização da dinâmica macroeconómica recente — olhando para fatores como a evolução dos preços da habitação durante a pandemia, ou os impactos recentes do aumento da inflação e das taxas de juro —, analisa o acesso dos jovens à compra de habitação, os condicionalismos existentes à oferta de habitação e, por fim, as políticas económicas implementadas até ao momento.

4. "Abstenção técnica em Portugal"

Coordenação: João Cancela (Nova FCSH) e José Santana Pereira (ISCTE-IUL)
Data prevista de apresentação: outubro de 2023
Sinopse: Este *policy paper*, que antecede o lançamento, em 2024, do estudo "Mecanismos e impactos da abstenção eleitoral em Portugal", apresentará os dados mais atualizados relativamente ao problema do sobre-recenseamento eleitoral e ao seu impacto nas taxas de abstenção. Quais são as causas subjacentes às disparidades entre os números que constam dos cadernos eleitorais e o número efetivo de eleitores? Onde é que estas diferenças são mais evidentes e porquê? Combinando dados quantitativos e qualitativos, este *policy paper* fará o diagnóstico do problema e apresentará propostas para o solucionar. Se não compreendermos a abstenção técnica, não poderemos agir de forma esclarecida sobre a abstenção real que prejudica a nossa democracia.

5. "Idadismo e equidade no local de trabalho"

Coordenação: David Patient (Católica Lisbon School of Business)
Data prevista de apresentação: novembro de 2023
Sinopse: A discriminação com base na idade é uma forma de discriminação prevalecente nas organizações, estando a maior parte da investigação existente focada sobretudo na discriminação contra os trabalhadores mais velhos. A proposta deste estudo é uma abordagem bidirecional, colmatando assim algumas lacunas de conhecimento, nomeadamente relativas à discriminação contra trabalhadores mais jovens. Pretende-se assim identificar os estereótipos prescritivos de idade que os trabalhadores mais jovens e mais velhos encontram no local de trabalho em Portugal e compreender o efeito dos mesmos na perceção de justiça organizacional por parte dos trabalhadores, bem como o impacto destes estereótipos nas decisões de gestão e práticas dos recursos humanos das organizações em contexto laboral.

6. "Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas empresas portuguesas"

Coordenação: Filipe Santos (Católica Lisbon School of Business)
Data prevista de apresentação: novembro de 2023
Sinopse: O objetivo deste estudo, levado a cabo pelo Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas Empresas Portuguesas, é analisar a implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas em Portugal, através do acompanhamento de um grupo de grandes, médias e pequenas empresas. Com recurso a um inquérito e à realização de entrevistas, pretende esclarecer de que formas as empresas portuguesas estão a incorporar os ODS nas suas atividades, bem como identificar potenciais barreiras à ação e oportunidades de melhoria no âmbito da implementação da Agenda 2030.

III. ESTUDOS EM EXECUÇÃO

1. **"Liberal Democracy, the Law and the State: Portugal in comparative perspective (1970s-2020s)"**; coordenado por Tiago Fernandes (ISCTE-IUL). Apresentação prevista para 2024.
2. **"A abstenção eleitoral em Portugal: mecanismos e impactos"**; coordenado por José Santana Pereira (ISCTE-IUL) e João Cancela (FCSH-UNL). Apresentação prevista para 2024.
3. **"Recrutamento de deputados à Assembleia da República (1975–2019)"**; coordenado por Jorge Fernandes (ICS-ULisboa). Apresentação prevista para 2024.
4. **"Continuity and Change in Portuguese Policy-Making"**; coordenado por António Tavares e Pedro Camões (Universidade do Minho) e Patrícia Silva (Universidade de Aveiro). Apresentação prevista para 2025.
5. **"The Role of Portuguese Manufacturers-Suppliers in Sustainability-Oriented Innovation and Competitiveness in The Clothing and Textile Industry"**; coordenado por Céline Abecassis-Moedas (Católica Lisbon School of Business). Apresentação prevista para 2025.
6. **"Governantes: competências ministeriais em Portugal, em perspetiva comparada"**; coordenado por António Costa Pinto e Marcelo Camerlo (ICS-ULisboa). Apresentação prevista para 2025.

Publicações

Sob direção do administrador António Araújo, a Área de Publicações continuou a contar com a coordenação de Susana Norton e, em apoio externo, de Duarte Vaz Pinto.

O ano de 2022 demonstrou ter sido de franca recuperação após o ano pandémico de 2020, fenómeno particularmente visível no sucesso obtido com a Feira do Livro de Lisboa, que registou, além de uma forte presença de jovens, um crescimento de vendas na ordem dos 67%. Para esse êxito, muito contribuiu o intenso programa cultural que a FFMS desenvolveu na Feira do Livro, ao longo de três semanas, com 13 debates sobre as suas publicações, dois programas em direto com a Rádio Renascença, fruto de uma parceria de longa data com esta estação, e a gravação, *live on tape*, do *podcast [IN] Pertinente*, com a dupla Hugo van der Ding e Joana Pais.

A Área de Publicações prosseguiu a sua aposta no digital, seja na difusão dos seus conteúdos, seja no lançamento de novos títulos, seja, enfim, na comercialização *online*, mas também nos canais tradicionais, cujas vendas aumentaram 5% em quantidade face a 2021.

Em estreita articulação com a comissão executiva da Fundação, entendeu-se que, dado o extenso programa de ofertas realizado em anos



anteriores (e no âmbito do qual, em 2021, a FFMS ofereceu cerca de 350 mil exemplares das suas publicações a diversas entidades), não se justificou prolongar tal programa em 2022. No entanto, este poderá ser retomado em anos subsequentes, sempre que tal se justifique para o cumprimento da missão estatutária da Fundação.

Por fim, a FFMS prosseguiu a publicação regular dos títulos programados para as suas coleções.

Alguns dos títulos da FFMS tiveram especial ligação ao enquadramento internacional e nacional do país.

Na coleção Ensaios da Fundação, foram publicados os seguintes títulos: *Economia Azul*, de Duarte Bué Alves; *Economia Portuguesa: as últimas décadas* (2.ª edição), de Luciano Amaral; *Governo de Portugal*, de Pedro Silveira; *Galiza, Terra Irmã de Portugal*, de Rámon Villares; *O Universo, do Big Bang aos Buracos Negros*, de Paulo Crawford; *Portos em Portugal*, de Feliciana Monteiro; *Proteção Social no Portugal Democrático, Trajetórias de reforma*, de Rui Branco; *Oceano de Plástico*, de Paula Sobral; *Portugal--Brasil: Encontros e Desencontros*, de Leticia Pinheiro e Carmen Fonseca.







FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

sabia que...

PORTUGAL É O PAÍS EUROPEU ONDE HÁ MAIS MULHERES NO SECTOR DA LIMPEZA?





sabia que...

O UKELELE, DO HAVAI, É O CAVAQUINHO ALTERADO POR EMIGRANTES MADEIRENSES?

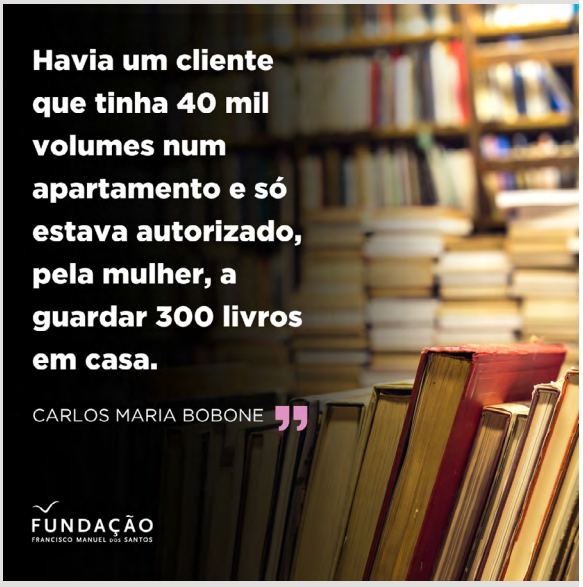
FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



“O populismo move-se em águas turvas, muitas vezes não se distinguindo da política habitual.”

JOSÉ PEDRO ZÚQUETE

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



A entrada de Portugal e Espanha na CEE ajudou a aproximar o Brasil da União Europeia.

CARMEN FONSECA & LETICIA PINHEIRO



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS



Por seu turno, a coleção Retratos da Fundação publicou os títulos: *Campo dos Bargos, o futebol ou a recuperação semanal da infância*, de Jorge Reis-Sá; *Vamos ao Teatro*, de Dina Soares; *As Invisíveis, Histórias sobre o trabalho da limpeza*, de Rita Pereira Carvalho; *Ama o Precipício, Mata Nacional do Bussaco*, de Susana Neves; *Ser Ator em Portugal*, de Jacinto Lucas Pires; *Mandem Saudades, Uma longínqua história de emigração*, de Mário Augusto; *Avieiros, Hoje*, de João Francisco Gomes; *A Religião dos Livros*, de Carlos Bobone; *Castro Laboreiro, entre brandas e inverneiras*, de Luísa Pinto.

Além destes, e fora de coleção, foram editados os livros *Populismo: lá fora e cá dentro*, de José Pedro Zúquete, e *Paisagem Portuguesa*, uma publicação de prestígio com fotografias de Duarte Belo e textos de Álvaro Domingues que, pela sua qualidade, tem tido uma excecional receção mediática e comercial.

Note-se, por último, que alguns dos títulos da FFMS tiveram especial ligação ao enquadramento internacional e nacional do país, como sucedeu com *Rússia e Europa: uma parte do todo*, de José Milhazes, *o Governo de Portugal*, de Pedro Silveira, *Economia Portuguesa: as últimas décadas*, de Luciano Amaral, ou *Populismo: lá fora e cá dentro*, de José Pedro Zúquete.

Em 2022, o programa editorial da Fundação foi galardoado com o Prémio Portugal Inspirador (categoria Economia Social), atribuído pelo Banco Santander, pelo *Jornal de Negócios*, pelo *Correio da Manhã* e pela CMTV.

Pordata

A direção da Pordata manteve-se em 2022 sob a responsabilidade da administradora executiva Luísa Loura, e a coordenação da equipa, constituída por Joana Zózimo, Mónica Santos, Sofia Barão, Inês Falcão e Marta Miranda (até outubro), esteve a cargo de Ana Luísa Barbosa.

Os dois anos de pandemia que antecederam o de 2022 levaram a uma procura crescente de informação e a uma maior predisposição da população para se manter a par de indicadores numéricos, principalmente nas áreas da saúde e da economia. Com o gradual regresso à normalidade, a Pordata optou por tornar a sua página de entrada mais dinâmica, numa estratégia de divulgar informação estatística junto do cidadão comum, com imagens, e um grande número de infografias apelativas, sempre em linha com os temas da atualidade. Destes, o que mais marcou a agenda foi a guerra na Ucrânia e os seus impactos no preço dos produtos energéticos e no aumento da inflação, com os respetivos indicadores a terem uma procura crescente. Em resposta, a Pordata disponibilizou múltiplos conteúdos infográficos e desenvolveu um simulador que calcula o efeito da inflação no salário, em termos da perda de poder de compra. Outro tema da ordem do dia, suportado por números disponíveis no *site* da Pordata, foi o da escassez de novos professores. Este foi também um ano marcado pela divulgação dos dados do Recenseamento Geral da População e da Habitação (Censos 2021), oportunidade que a Pordata aproveitou para enriquecer as suas bases de dados com mais de cem novos quadros e para criar uma área centrada nos dados dos Censos e na evolução histórica das últimas seis décadas por eles captada.

Transformar dados em informação útil para a sociedade é uma das principais prioridades da Pordata.

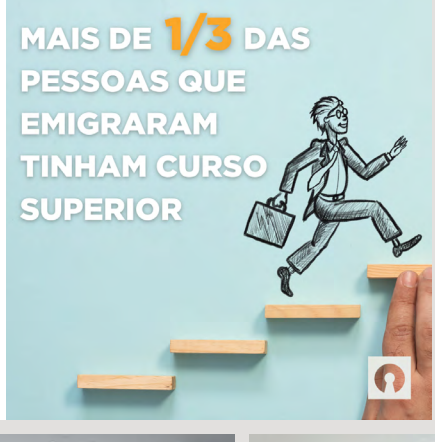
Mais uma vez, 2022 foi um ano de crescente uso e interesse dos meios de comunicação social pelos dados da Pordata: foram publicadas 2.701 notícias (+17% do que em 2021), das quais 44% em meios *premium* (+84%). Dessas notícias, 16% foram veiculadas em canais televisão, 4% em canais de rádio e as restantes em jornais e revistas. Em termos de valor comercial,


HÁ MUNÍCIPIOS QUE JÁ TÊM MAIS DE 700 IDOSOS POR CADA 100 JOVENS


OS ÚNICOS 3 CONCELHOS ONDE O Nº DE IDOSOS AINDA NÃO ULTRAPASSOU OS JOVENS FICAM NOS NOS AÇORES E NA MADEIRA


METADE DOS PATRÕES EM PORTUGAL NÃO TEM INSTRUÇÃO OU SÓ TEM ATÉ O ENSINO BÁSICO


QUASE 1 EM CADA 5 PESSOAS VIVE COM MENOS DE 554€ POR MÊS


MAIS DE 1/3 DAS PESSOAS QUE EMIGRARAM TINHAM CURSO SUPERIOR


QUAL É O ÍNDICE DE PERCEÇÃO DE CORRUPÇÃO EM PORTUGAL E NOUTROS PAÍSES DA UE?

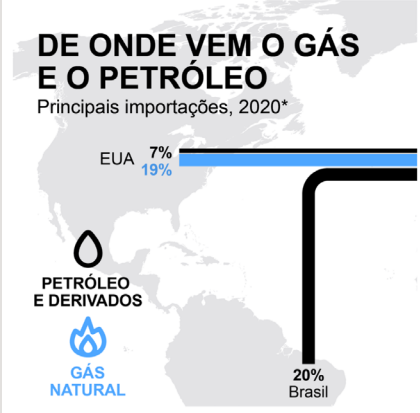

PORTUGAL É O 7º PAÍS DA UE EM QUE MAIOR % DOS GASTOS DAS FAMÍLIAS SÃO EM ALIMENTAÇÃO

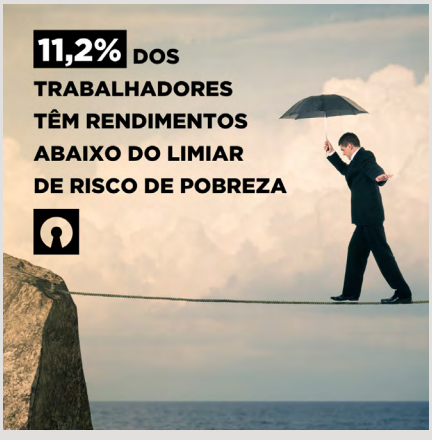

14% DOS BEBÉS NASCIDOS EM PORTUGAL TÊM MÃE ESTRANGEIRA


QUE REGIÃO DE PORTUGAL PRODUZIU MAIS AZEITE, EM 2021?


sabia que...
A AGRICULTURA PERDEU QUASE UM MILHÃO DE TRABALHADORES EM 30 ANOS?


PORTUGAL É O 2º PAÍS DA UE COM O ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO DOS DOCENTES DO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO MAIS ELEVADO


DE ONDE VEM O GÁS E O PETRÓLEO
Principais importações, 2020*
EUA
7%
19%
PETRÓLEO E DERIVADOS
GÁS NATURAL
20%
Brasil


11,2% DOS TRABALHADORES TÊM RENDIMENTOS ABAIXO DO LIMIAR DE RISCO DE POBREZA


A TAXA DE INFLAÇÃO DE OUTUBRO ULTRAPASSOU OS DOIS DÍGITOS E FOI O VALOR MAIS ALTO DO ANO: 10,2%
DESCUBRA O IMPACTO NO SEU SALÁRIO ATRAVÉS DO SIMULADOR DA PORDATA


64,7 ANOS
FOI A IDADE MÉDIA DE REFORMA DOS NOVOS PENSIONISTAS, EM 2021


1/4 da população
EM PORTUGAL VIVE EM
VIVE EM ALOJAMENTOS
EM MÁS CONDIÇÕES

o AAV associado à área da Pordata (englobando notícias e projetos em parceria com os *media*) foi de 92,5M€ (+166% do que em 2021), o que representou quase 60% do total da FFMS.

DOS DADOS À INFORMAÇÃO

Transformar dados em informação útil para a sociedade é uma das principais prioridades da Pordata. A pretexto de dias comemorativos ou de eventos de atualidade nacional e internacional, foram enviadas aos órgãos de comunicação social as seguintes sínteses temáticas alargadas:

1. *Eleições Legislativas,* a 30 de janeiro — perspetiva evolutiva desde 1975 até 2019 em termos de participação eleitoral e taxas de abstenção, evolução dos partidos e coligações do número de deputados eleitos [25 notícias];
2. *Dia Internacional da Mulher*, a 8 de março — retrato da mulher em Portugal (demografia, mercado de trabalho, educação, saúde, entre outros) [62 notícias];
3. *Dia da Produção Nacional,* a 26 de abril — num ano particularmente desafiante, a Pordata disponibilizou indicadores que caracterizam o setor agrícola português, abrangendo temas como a produção, o emprego ou o peso económico do setor [218 notícias];
4. *Dia da Mãe e do Trabalhador*, a 1 de maio — caracterização da mulher trabalhadora em Portugal, evolução histórica e comparação da situação laboral das mulheres e mães portuguesas face às dos restantes países da União Europeia [46 notícias];
5. *Dia da Europa*, a 9 de maio — divulgação de indicadores que caracterizam o setor da energia em Portugal e na Europa, designadamente, produção e consumo, dependência das importações e respetivo custo, eficiência energética da economia e transição energética para as energias renováveis [85 notícias];
6. *Dia Mundial do Ambiente*, a 5 de junho — evolução e caminho percorrido no que respeita à proteção do meio ambiente a partir de dados sobre o consumo e a qualidade da água, a taxa de ocupação das áreas protegidas, a evolução do número de incêndios, o nível de emissões de

gases de efeito de estufa (GEE), as fontes de energia utilizadas, entre outros [93 notícias];

7. *Conferência dos Oceanos da ONU*, a 27 de junho — divulgação de um retrato do mar português que ilustra a sua importância para a sociedade e economia portuguesas, bem como para a sustentabilidade ambiental do país [6 notícias];
8. *Dia Mundial da População*, a 11 de julho — análise da evolução entre 2019 e 2021 de diversos indicadores nas áreas da saúde, do emprego, do turismo, da cultura e dos transportes, de modo a ilustrar até que ponto a vida da população portuguesa foi afetada pela pandemia de COVID-19 [47 notícias];
9. *Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza*, a 17 de outubro — divulgação de um conjunto de dados que retratam as várias facetas da pobreza e a sua relação com a idade, a família, o trabalho e a vida quotidiana dos cidadãos [409 notícias];
10. *Dia Internacional dos Migrantes*, a 18 de dezembro — Quem são e de onde vêm os estrangeiros que vivem em Portugal? De que forma contribuem para a natalidade? E qual o perfil dos Portugueses que optam por emigrar? Que impacto têm os vistos Gold e os pedidos de asilo no nosso país? E como se comparam os rendimentos dos Portugueses com os dos estrangeiros residentes em Portugal? [148 notícias].

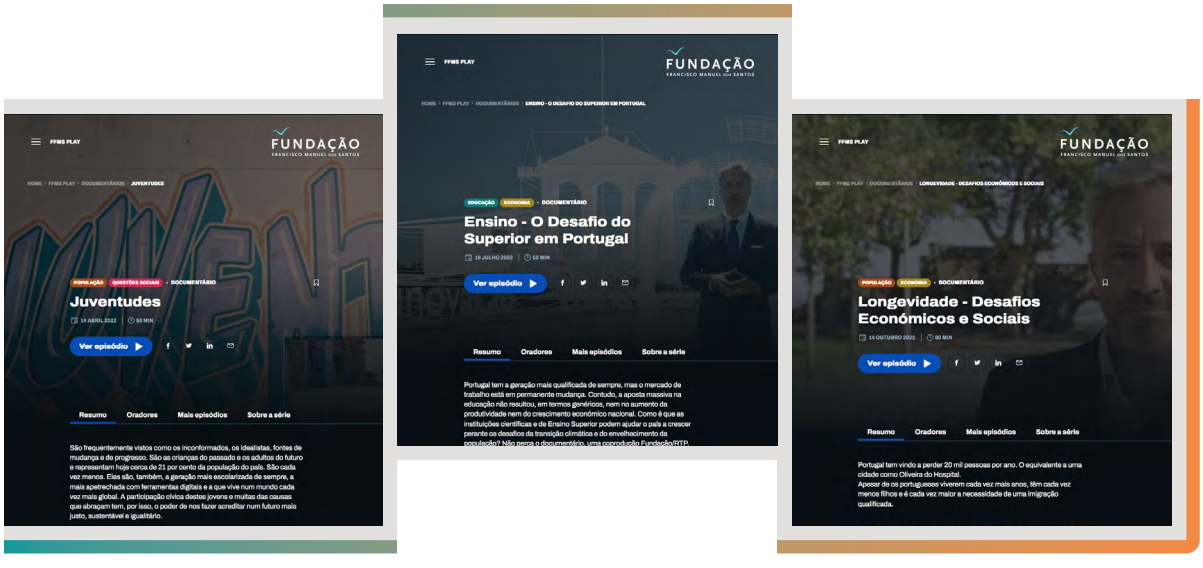
PARCERIAS COM ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Em 2022, a Fundação Francisco Manuel dos Santos deu continuidade à parceria com a CMTV para inclusão de vídeos temáticos com conteúdos Pordata, no programa *Falar Global*. Designados por “Retratos de Portugal”, os 37 pequenos vídeos de cerca de um minuto foram divulgados semanalmente entre março e dezembro. Já no âmbito da parceria da Fundação Francisco Manuel dos Santos com a RTP1, ficou à responsabilidade da Pordata a revisão dos dados estatísticos dos três documentários realizados em 2022: *Juventudes, Ensino — o desafio do superior em Portugal* e *Longevidade — desafios económicos e sociais*. Destaque também para a parceria estabelecida com a SIC, no âmbito da comemoração dos seus

30 anos, na qual a Pordata ajudou a ilustrar, com dados estatísticos de evolução entre 1992 e 2022, os 15 episódios semanais do programa *Portugal Mudou*. Por fim, é de referir a continuidade da parceria com a revista *Visão Júnior* e com a Rede de Bibliotecas Escolares no âmbito do projeto de promoção da leitura "Miúdos a Votos".

DESENVOLVIMENTOS TECNOLÓGICOS

Concretizou-se, em 2022, a total parametrização dos procedimentos de integração (via API) dos dados estatísticos do INE e do eurostat, o que permitiu a automatização da atualização de 50% da base de dados sobre Portugal, de 38% da base de dados sobre os municípios e de 60% da base de dados sobre a Europa. De primordial importância para a usabilidade do *site* da Pordata é a boa resposta do seu sistema de pesquisa e o nível de relevância que os motores de busca externos atribuem aos conteúdos da Pordata. Com o objetivo de trazer melhorias nestes aspetos, foi implementado um sistema de otimização para os motores de busca (*Search Engine Optimization* — SEO), focado principalmente na otimização interna, com conteúdos de texto mais numerosos e mais diversificados, envolvendo termos e palavras de elevada frequência de pesquisa.



Comunicação e Eventos da Fundação

CONFERÊNCIAS, DEBATES E OUTROS EVENTOS

Em 2022, a Fundação realizou inúmeros eventos físicos e digitais. O evento mais marcante do ano foi o Encontro "Outra vez, nunca mais", que teve lugar nos dias 27 e 28 de maio, no Teatro Camões, e contou com a presença de 18 especialistas nacionais e internacionais para a apresentação pública do estudo "Um novo normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal". É de destacar a participação de Carlos Jalali, coordenador do estudo, e de Ana Maria Belchior, Bruno Cardoso Reis, Hugo Figueiredo e Manuela Calheiros, coautores do estudo, aos quais se juntaram os especialistas internacionais Nathan Wolfe, Adam Tooze e Alastair Campbell. Durante o Encontro, que contou com 350 participantes, a apresentação de um conjunto integrado de propostas concretas de prevenção e resposta a pandemias foi o ponto de partida para uma discussão alargada sobre o que Portugal pode fazer para estar mais bem preparado, caso tenha de enfrentar uma situação idêntica no futuro.

No que respeita à programação digital, a Fundação manteve em 2022 as entrevistas a grandes especialistas sobre grandes temas da atualidade.

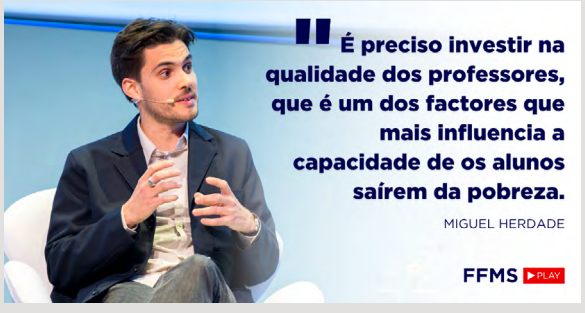
Durante o ano foram publicados 14 livros e sete estudos, tendo as respetivas sessões de apresentação sido feitas em formato digital.

A Fundação marcou presença na 92.ª Feira do Livro de Lisboa, de 25 de agosto a 11 de setembro, com a apresentação de três Ensaios e três Retratos, 13 debates com autores da Fundação e a emissão de dois programas da Rádio Renascença ao vivo.

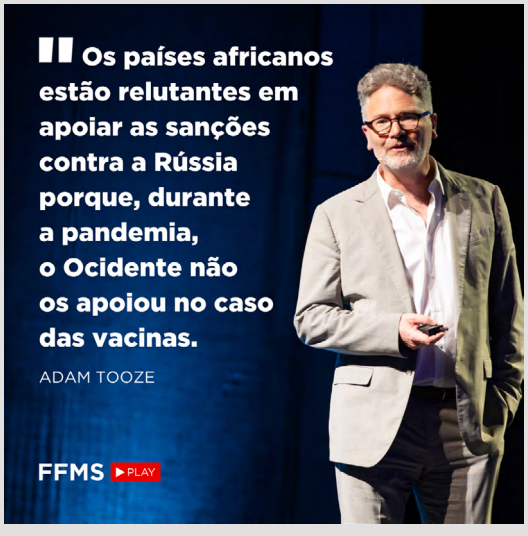
A Escola de Verão voltou ao formato presencial, tendo-se realizado este ano na Pousada da Juventude de Almada, de 4 a 11 de setembro. Esta 4.ª edição focou também o tema das alterações climáticas e contou


Ainda há populações a depender da caça a animais selvagens para sobreviver, por isso o contacto com novos vírus é constante.
NATHAN WOLFE
FFMS PLAY


A pandemia expôs problemas do mercado trabalho, como o desemprego dos mais jovens que ainda não recuperou.
CARLOS JALALI
FFMS PLAY


É preciso investir na qualidade dos professores, que é um dos factores que mais influencia a capacidade de os alunos saírem da pobreza.
MIGUEL HERDADE
FFMS PLAY


A prestação de cuidados de saúde noutras doenças foi fortemente impactada pela pandemia e ainda não recuperou.
CÉU MATEUS
FFMS PLAY


Os países africanos estão relutantes em apoiar as sanções contra a Rússia porque, durante a pandemia, o Ocidente não os apoiou no caso das vacinas.
ADAM TOOZE
FFMS PLAY


ESCOLA DE VERÃO '22
ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
PENSAR DIFERENTE. AGIR JUNTOS.
FUNDAÇÃO



com a participação de 71 alunos do ensino secundário, provenientes de várias zonas do país. O Presidente da República marcou presença na sessão de abertura da Escola, que incluiu quatro palestras de especialistas reputados, vários debates *Oxford-style*, e um conjunto de atividades culturais e recreativas.

No que respeita à programação digital, a Fundação manteve em 2022 as entrevistas a grandes especialistas sobre grandes temas da atualidade, no programa *Isto Não É Assim Tão Simples*, que contou com a presença de Nate Silver, Mark Galeotti, Leymah Gbowee, Michael Spence e Vítor



Cardoso, entre outros. Foi igualmente emitida mais uma série do *podcast [IN]Pertinente*, um confronto bem-disposto entre a curiosidade e o saber, com quatro comunicadores, Hugo van der Ding, Pedro Vieira, Inês Lopes Gonçalves e Ana Markl, quatro especialistas, Joana Pais (economia), Raquel Vaz-Pinto (política), Paulo Gama Mota (ciência), e, ao longo do ano, na rúbrica da sociedade, Miguel Chaves, Amílcar Moreira e Luísa Lima.

O ciclo de conferências "Mês da Ciência e da Educação" realizou-se este ano em formato digital, com quatro entrevistas e dois debates com especialistas nacionais e internacionais. Tea Törmänen, Pedro Matos Soares



e Nathalie Seldon foram alguns dos convidados de um mês dedicado ao tema das alterações climáticas.

Com estas iniciativas, a Fundação procurou, em 2022, chegar a um público mais vasto, através da diversificação de formatos e conteúdos, sempre com o objetivo de estreitar a sua relação com a sociedade, dando-lhe ferramentas para aprofundar o seu conhecimento sobre a realidade portuguesa nos domínios da política, da economia e da sociedade.



CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO

Em outubro de 2022, a Fundação lançou uma campanha de notoriedade sob o mote “Não basta pensar, é preciso ouvir, ler, estudar, pesquisar”, mostrando como o conhecimento, o pluralismo e a diversidade de fontes são fundamentais para uma opinião pública informada. Aproveitando o lançamento do novo *site*, a Fundação esteve presente em diferentes meios durante quase três meses: no digital e nas redes sociais; na imprensa (*Público*, *Expresso*, *Visão* e *JN*); nas redes urbanas de múpis em Lisboa e no Porto e, na rádio, nas duas estações mais ouvidas (Comercial e RFM).

Ao longo do ano, as campanhas de comunicação das iniciativas da Fundação chegaram a mais de 24 milhões de utilizadores únicos, tendo sido

implementada uma estratégia que permitiu impactar utilizadores mais qualificados e com maior afinidade com os conteúdos divulgados.

Relativamente ao *ranking* de notoriedade das fundações portuguesas, em 2022 a Fundação posicionou-se em terceiro lugar, a seguir às fundações Gulbenkian e Champalimaud. Os questionários de avaliação revelaram que 79% dos inquiridos conhece a Fundação ou um dos seus projetos, e 88% considera que esta tem um impacto relevante ou muito relevante na sociedade. A Pordata, os estudos e as publicações são os projetos espontaneamente mais conhecidos.

Área Digital

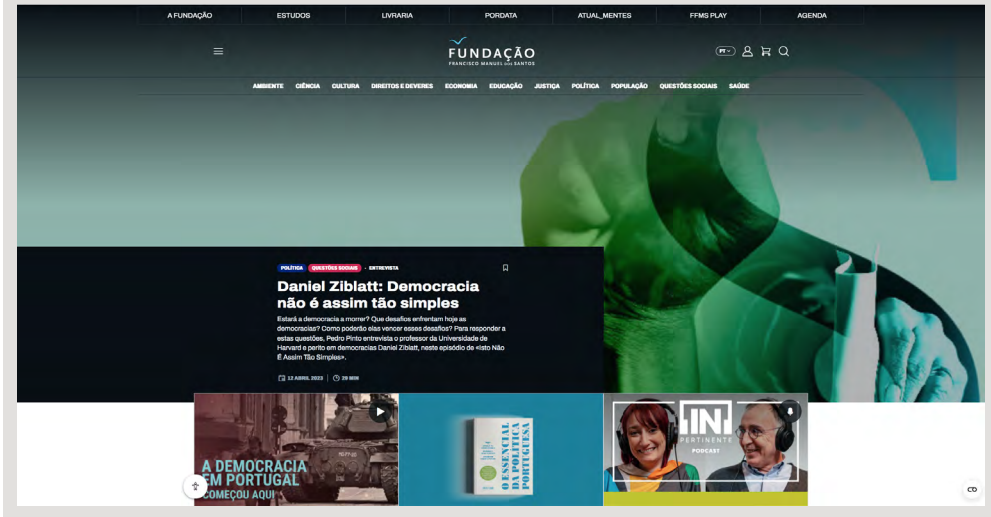
O ano de 2022 foi de grande atividade na área digital, marcado pelo lançamento do novo *site* da Fundação, a 31 de agosto, que integrou mais de uma dezena de obras digitais que estavam dispersas por diferentes *sites* e *microsites.*

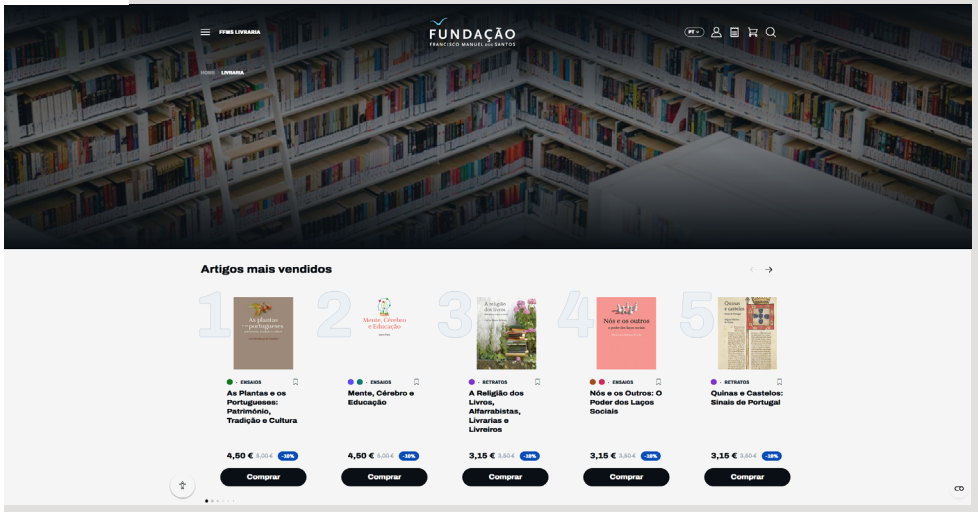
Não tendo a Fundação um espaço físico aberto ao público, o *site* é o local onde a Fundação e todas as suas atividades são apresentadas. É o espelho dos valores e da missão da Fundação.

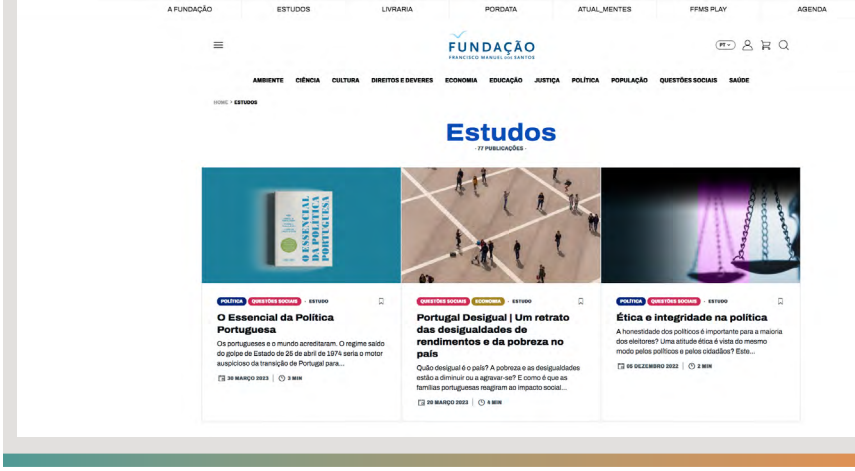
Em 2022, o *site* da Fundação recebeu mais de 902 mil visitas, o que representou um aumento de 91% face a 2021.

O novo *site* foi desenvolvido para que a experiência de utilização e navegação fosse mais fácil e intuitiva, tendo, por isso, sofrido alterações na arquitetura de informação, isto é, os conteúdos passam agora a estar classificados e, consequentemente, ordenados, por tema e subtema, permitindo uma maior coerência, consistência e continuidade no modo como a informação é apresentada.

A área de *Play*, onde são encontrados todos os conteúdos de vídeo e áudio da Fundação, foi totalmente reformulada, apresentando uma nova forma de organização da programação, semelhante à dos canais de *streaming.*


A FUNDAÇÃO
ESTUDOS
LIVRARIA
PORDATA
ATUAL_MENTES
FFMS PLAY
AGENDA
FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS
AMBIENTE
CIÊNCIA
CULTURA
DIREITOS E DEVERES
ECONOMIA
EDUCAÇÃO
JUSTIÇA
POLÍTICA
POPULAÇÃO
QUESTÕES SOCIAIS
SAÚDE
POLÍTICA
QUESTÕES SOCIAIS
ENTREVISTA
Daniel Ziblatt: Democracia não é assim tão simples
Estará a democracia a morrer? Que desafios enfrentam hoje as democracias? Como poderão elas vencer esses desafios? Para responder a estas questões, Pedro Pinto entrevista o professor da Universidade de Harvard e perito em democracias Daniel Ziblatt, neste episódio de «Isto Não É Assim Tão Simples».
12 ABRIL 2023
29 MIN
A DEMOCRACIA EM PORTUGAL COMEÇOU AQUI
O ESSENCIAL DA POLÍTICA PORTUGUESA
IN PERTINENTE
PODCAST


FFMS LIVRARIA
FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS
HOME
LIVRARIA
Artigos mais vendidos
1
2
3
4
5
ENSAIOS
As Plantas e os Portugueses: Património, Tradição e Cultura
4,50 €
Comprar
ENSAIOS
Mente, Cérebro e Educação
4,50 €
Comprar
RETRATOS
A Religião dos Livros, Alfarrabistas, Livrarias e Livreiros
3,15 €
Comprar
ENSAIOS
Nós e os Outros: O Poder dos Laços Sociais
3,15 €
Comprar
RETRATOS
Quinas e Castelos: Sinais de Portugal
3,15 €
Comprar


A FUNDAÇÃO
ESTUDOS
LIVRARIA
PORDATA
ATUAL_MENTES
FFMS PLAY
AGENDA
FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS
AMBIENTE
CIÊNCIA
CULTURA
DIREITOS E DEVERES
ECONOMIA
EDUCAÇÃO
JUSTIÇA
POLÍTICA
POPULAÇÃO
QUESTÕES SOCIAIS
SAÚDE
HOME › ESTUDOS
Estudos
77 PUBLICAÇÕES
POLÍTICA
QUESTÕES SOCIAIS
ESTUDO
O Essencial da Política Portuguesa
Os portugueses e o mundo acreditaram. O regime saído do golpe de Estado de 25 de abril de 1974 seria o motor auspicioso da transição de Portugal para...
30 MARÇO 2023
3 MIN
QUESTÕES SOCIAIS
ECONOMIA
ESTUDO
Portugal Desigual | Um retrato das desigualdades de rendimentos e da pobreza no país
Quão desigual é o país? A pobreza e as desigualdades estão a diminuir ou a agravar-se? E como é que as famílias portuguesas reagiram ao impacto social...
20 MARÇO 2023
6 MIN
POLÍTICA
QUESTÕES SOCIAIS
ESTUDO
Ética e integridade na política
A honestidade dos políticos é importante para a maioria dos eleitores? Uma atitude ética é vista do mesmo modo pelos políticos e pelos cidadãos? Este...
06 DEZEMBRO 2022
2 MIN

Também a livraria *online* da Fundação foi reestruturada, para que todo o seu catálogo esteja disponível de forma mais organizada e para facilitar a navegação pelas coleções de Ensaios, Retratos e outras edições.

Esta revolução foi acompanhada por uma nova identidade gráfica, apostando numa componente visual de grande impacto, que se distingue dos tradicionais *sites* de conteúdos. O *site* foi construído com a premissa de *mobile first*, já que essa é a tendência global e era fundamental assegurar um *site* preparado para o futuro.

Ao nível de conteúdos, as áreas da livraria e de *Play* são as que registam o número mais elevado de visualizações.

Na preparação para o lançamento do novo *site*, foram asseguradas as atualizações de dados e outras melhorias, de forma a garantir sempre uma experiência melhorada.

Destaca-se a atualização feita em fevereiro do *site* Crises na Economia Portuguesa onde, em resposta a um novo relatório do comité de peritos que acompanha a evolução da economia nacional, foi acrescentada uma nova crise (2019–2020), resultado do vírus que obrigou a economia a parar.

Destaque, também, para a atualização do *site* Cronologias, realizada em março, onde, além de mais de duas centenas de novos eventos, se construiu uma foto-galeria com imagens da pandemia captadas por sete conceituados fotógrafos e fotojornalistas: Adelino Meireles, Adriano Miranda, Isabel Zuzarte, Leonardo Negrão, Leonel de Castro, Miguel Valle de Figueiredo e Reinaldo Rodrigues.

Em 2022, o *site* da Fundação recebeu mais de 902 mil visitas, o que representou um aumento de 91% face a 2021. Foram vistas mais de 2,4 milhões de páginas por 630 mil utilizadores.

Com o novo *site*, registou-se um aumento de 278% de visitas face à média do período homólogo, o número de utilizadores cresceu 297% e as visualizações de páginas cresceram 11%.

O público feminino continua a representar quase 60% dos utilizadores, mantendo-se a tendência já verificada no anterior *site* da Fundação. No período de análise, a faixa etária dos 35–44 é a que tem maior representatividade, com 23% dos utilizadores.

Ao nível de conteúdos, as áreas da livraria e de *Play* são as que registam o número mais elevado de visualizações.

Em 2022, a programação da Fundação, incluindo debates, entrevistas, documentários, *podcasts* e *videocasts*, alcançou uma audiência superior a 880 mil pessoas nos canais digitais.

Os debates mais vistos foram os emitidos na *Praça da Fundação*, com uma audiência de 143 225 mil pessoas, seguidos dos debates e apresentações de estudos com mais de 128 mil visualizações. As seis conferências do Mês da Ciência e da Educação, com o tema "O clima já mudou. E nós?", registaram mais de 66 mil visualizações nos canais digitais. Em 2022, o *videocast [IN]Pertinente* alterou o seu nome para *Isto Não É Assim Tão Simples*, mantendo o conceito original: uma série de entrevistas a grandes personalidades sobre os principais temas da atualidade. Moderado pelo jornalista Pedro Pinto, foram emitidas 13 entrevistas, que obtiveram mais de 201 mil visualizações.

O número de subscritores da *newsletter* da Fundação continuou a crescer em 2022, passando para 29 235, um aumento de 9% (+2 500) em relação ao ano anterior. Com o lançamento do novo *site* foi também desenvolvida uma nova *newsletter*, com o mesmo *look and feel* do *site*, uniformizando, assim, a imagem de marca da Fundação.

A FUNDAÇÃO NAS REDES SOCIAIS

Com uma estratégia digital focada sobretudo em aumentar o alcance e a interação das comunidades com os conteúdos da Fundação, foi possível garantir mais de 22 milhões de visualizações de *posts* e vídeos da Fundação (+156% *vs.* 2021) e da Pordata (111% *vs.* 2021) nas redes sociais.

Tão ou mais importante para a construção da comunidade digital da Fundação em 2022 foi o crescimento alcançado com as interações dos seus seguidores. Os conteúdos publicados nas redes sociais garantiram quase 67 milhões de interações (gostos, partilhas, comentários, visualizações de vídeos ou cliques para o *site*). Os maiores crescimentos percentuais em interação registaram-se no Twitter, no LinkedIn e no Instagram.

O crescimento das comunidades e da sua interação ficou a dever-se à estratégia adotada, que acompanha o papel e a relevância de cada rede,

bem como os públicos a que chega, com uma estratégia de conteúdos, formatos, frequência de publicação e investimento em linha com o potencial de crescimento de cada uma.

A Fundação tem hoje quase 400 mil seguidores nas suas sete redes sociais: 282 mil nas redes da FFMS (+19% *vs.* 2021) e 115 mil nas redes da Pordata (+34% *vs.* 2021).

Este crescimento do número de seguidores foi transversal a todas as redes, tendo os maiores aumentos percentuais sido registados no Twitter da Fundação (+83%), no LinkedIn da Fundação (+65%), no Twitter da Pordata (+59%) e no Instagram (+54%).

Apesar da alteração da arquitetura digital da Fundação ocorrida em 2022, com a migração de mais de uma dezena dos *sites* para um único portal, a afinação da estratégia digital e a grande campanha de notoriedade realizada após o lançamento do novo *site* (de meados de outubro a meados de dezembro), foi possível aumentar em 12% o tráfego para o *site* da Fundação através das redes sociais.



Diário de Notícias
21-10-2022

Gonçalo Matias
"Políticas públicas não devem centrar-se só nas transferências sociais"

CORREIO da manhã
18-12-2022

ATUALIDADE II
ESTRANGEIROS EM PORTUGAL

Vistos 'gold' só criaram dois empregos por ano

SÁBADO
28-04-2022

A Fundação e os *Media*

A Fundação sempre reconheceu a importância de uma relação transparente e eficaz com os meios de comunicação social e com os jornalistas, com vista a assegurar uma ampla e adequada difusão dos seus conteúdos. Assim, a assessoria de imprensa procura proceder à valorização dos conteúdos produzidos pela Fundação, assegurando a sua divulgação alargada e segmentada nos diferentes meios de comunicação, tendo em conta os diferentes públicos-alvo. Procura-se, ainda, marcar a agenda mediática com temas de manifesto interesse público e que gerem debate na sociedade portuguesa.

Em 2022, as atividades da Fundação geraram um total de 4813 notícias, correspondendo a mais de 157 milhões de euros de AAV (*Automatic Advertising Value*), indicador que mede o valor publicitário equivalente ao espaço ocupado pela notícia. Face ao ano anterior, estes números representam um aumento de 455 peças noticiosas e cerca de 70 milhões de euros de AAV. Quase metade (46%) de todas as notícias foram publicadas em meios *premium*.









CISION
ID: 102538371
Jornal de Notícias
05-12-2022
NACIONAL

Confiança na democracia caiu nos governos de Sócrates e de Passos

Nos últimos 20 anos, os níveis de confiança dos portugueses na democracia têm estado em queda

Partidos são as organizações em que os portugueses menos confiam. Já o Parlamento é a instituição com maior crédito, indica estudo

Hermano Cruz

PINGADAS Os níveis de confiança dos portugueses nas instituições democráticas estão a cair há 20 anos e atingiram os valores mais baixos de sempre em 2021, segundo os dados do Eurobarómetro publicados pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, a nos partidos que os portugueses menos confiam, por acreditarem que estão demasiado próximos de interesses económicos. Por outro lado, é ao Parlamento que os cidadãos dão maior crédito.

"No que toca à confiança nas instituições políticas, os valores registados em Portugal têm vindo a descair nos últimos 20 anos. Os partidos são os que apresentam níveis de confiança mais baixos por toda a Europa (30 %, em média). O Parlamento é a instituição na qual os portugueses mais parecem confiar", aponta então "Ética e Integridade na Política", da Fundação Francisco Manuel dos Santos, coordenado por Luís de Sousa e Susana Coroado. Esta análise, a que 20 investigam, será apresentada hoje de manhã.

Os investigadores usaram um fiel, em 2013 (durante o Governo de Pedro Passos Coelho) que se registaram "os níveis mais baixos de sempre no que toca à confiança que os cidadãos" depositam nas instituições democráticas. Mas, nos últimos 20 anos, verificaram-se outros dois momentos em que os níveis de confiança caíram 8% (em 2008/10, durante o Governo de José Sócrates) e 10% (nos anos de governação de José Sócrates).

LIGAÇÃO AO PODER ECONÓMICO

Quanto ao mais recente conflito, o fio é de 2017 (durante o Governo de António Costa), com subidas de 17% e de 20% nos índices de credibilidade no Governo e no Parlamento. Em oposição, os partidos nunca ultrapassam a média de 20% de confiança dos portugueses. Segundo os autores do estudo, "alguma desta desconfiança deve-se à ligação de financiamento".

"A perceção de que o financiamento dos partidos não é suficientemente transparente é mais alta em Portugal do que a média europeia, de acordo com o Eurobarómetro", ignoram, recordando que, em 2017, "85 % dos entrevistados em Portugal acreditavam que havia relações demasiado próximas entre os partidos e os interesses económicos (a média europeia situava-se nos 59%)".

Acresce que, "apesar de algumas inovações estruturais, os partidos mudaram muito pouco o seu modus operandi", explica-se no estudo, apontando, ainda, como causa para o défice de confiança a posse a participação dos cidadãos na vida política e a perceção de que os partidos servem "o monopólio da representação parlamentar e do método de escrutínio de votos em mandatos favorecem as grandes formações partidárias".

"Temos uma classe política que foi criada num ambiente pouco saudável", aponta o politólogo José Adelino Maltez, explicando que, devido às dificuldades de recrutamento na sociedade civil, os governos são cada vez mais constituídos por pessoas formadas nos partidos. "A política acaba por ficar muito entregada a grupos de pessoas que faz carreiras partidárias", conclui o investigador. Vítalico Sorrento Marques. ●

Redes de influência são o que afeta a opinião pública

"Hoje em dia, o que influencia a opinião pública são, sobretudo, os contactos e as redes de influência, através das quais as elites procuram assegurar os obter vantagens para grupos de interesses com os quais mantêm relações estreitas, por via de ofertas de emprego ou pela prestação de serviços de consultoria", concluem os autores do estudo. Os seja, cano como o do ex-secretário de Estado Miguel Relvas, que foi presidente da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Gonçalo Saraiva Matias, os cidadãos exprem que "os titulares do poder político exibam uma autoconsciência elevada relativamente aos padrões éticos". "Os cidadãos associam a corrupção à política e respetivos atores", vinca-se no estudo, referindo-se que, mesmo quando se trata de branqueamento de capitais ou tráfico privado, os cidadãos consideram "estes eventos como resultado de uma conluio político-económico". "Os cidadãos não estão tolerantes com práticas que não violam a lei, ignoram o estado, referindo que preferem atuar sobre as situações fora da esfera pública.

CISION
ID: 99357324
VISÃO
26-05-2022

Paulo M. M. Rodrigues

"A habitação representa 80% da riqueza total das famílias em Portugal"

A Fundação Francisco Manuel dos Santos lançou um estudo sobre o mercado imobiliário nacional, coordenado pelo economista Paulo M. M. Rodrigues, para quem "é importante dar uma maior atenção ao mercado de arrendamento"

— POR MARISA ANTUNES

Que importância tem o imobiliário para as famílias portuguesas? Há os não riscos de se estar a entrar numa bolha imobiliária?

Qual o impacto da proibição de registos de alojamento local em Lisboa? E que futuro existe para o mercado de arrendamento de longo curso? Questões primordiais que têm marcado de forma vincada a evolução do mercado imobiliário português nos últimos anos e que a Fundação Francisco Manuel dos Santos tentou esclarecer ao lançar o estudo "O Mercado Imobiliário em Portugal". Uma análise de várias dimensões, assegurada por uma larga equipa com nomes como Vera Gouveia Barros ou Luís Aguiar-Conraria, entre outros. O trabalho foi coordenado pelo economista Paulo M. M. Rodrigues, que respondeu via email às questões da VISÃO.

A habitação própria permanente cresceu de 45,1% para 75,2% e o arrendamento caiu de forma acentuada, de 48% para 19,9%, entre 1960 e 2011, refere o estudo. Estamos num ponto sem retorno no que diz respeito ao mercado de arrendamento?

Em Portugal, tradicionalmente, a compra de casa própria tem sido um fenómeno, diria, cultural, seja por ser um investimento seguro ou pelo argumento de "em vez de pagar uma renda a um senhorio, pago ao banco e ao fim de alguns anos a propriedade é minha", ou por outra razão qualquer. A compra de casa própria tem sido sempre encarada pelas famílias como um objetivo importante. Julgo, no entanto, que com as novas gerações possamos estar a assistir a uma alteração de comportamentos, dada a maior enfase que se começa a dar à mobilidade laboral. Por outro lado, é importante dar uma maior atenção ao mercado de arrendamento, criar incentivos e mecanismos de segurança, quer para o senhorio quer para o arrendatário. Estes mecanismos irão incentivar e fazer aumentar o investimento em imobiliário para arrendamento. Sem um aumento de oferta e incentivos de apoio ao arrendamento (a ambas as partes – senhorios e arrendatários), julgo que este segmento poderá continuar a não ter a dinâmica desejada.

CISION
ID: 100349164
Diário de Notícias
25-07-2022

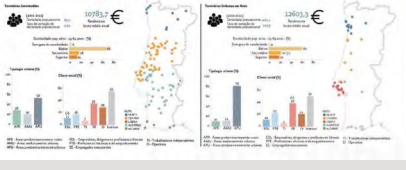
BEM-ESTAR

Lisboa concentra 22% de toda a habitação social portuguesa

PAÍS Estudo feito pela Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS), e divulgado hoje, faz o retrato do bem-estar da população e nos municípios portugueses. Territórios mais urbanos têm maiores rendimentos brutos anuais e a maior parte da população vive em apenas 30 municípios. Ao DN, Rosário Mauritti explica as metodologias e conclusões.

TEXTO **EVA MIGUEL GODINHO**





CISION
ID: 99759471
P
20-06-2022

Política Influência do *lobbying* sobre o poder político

"Em Portugal há um problema de transparência ao nível do Governo"

Marco Lisi Coordenador de um estudo sobre os grupos de interesse defende uma maior regulamentação do *lobbying* e também mais mecanismos de transparência

Entrevista

Levante Botelho



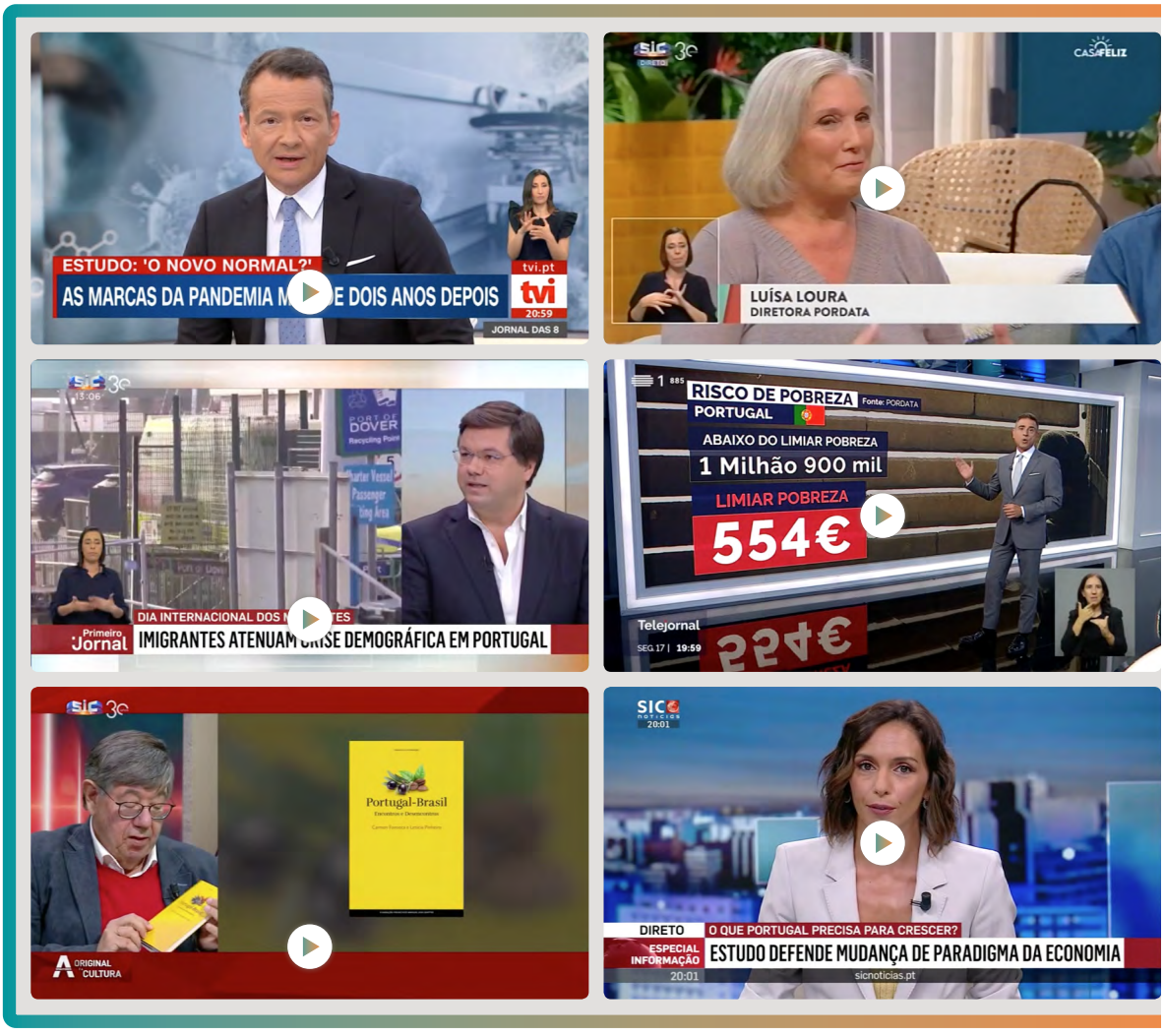
Entre os estudos da Fundação divulgados em 2022, tiveram particular impacto mediático "Um novo normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal" (134 notícias, €6 milhões de AAV), "Ética e integridade na política: perceções, controlo e impacto" (175 notícias, €5 milhões de AAV) e "O mercado imobiliário em Portugal" (142 notícias, €2 milhões de AAV). Merecem também destaque as mais de 300 notícias e 15 milhões de euros

de AAV referentes a estudos apresentados em anos anteriores, comprovando o impacto duradouro destes na sociedade, para lá do momento de lançamento. São exemplos dos 30 estudos anteriores a 2022 noticiados este ano: "Os jovens em Portugal, hoje" (110 notícias, €4,5 milhões de AAV), "Do *made in* ao *created in*: um novo paradigma para a economia portuguesa" (126 notícias, €3 milhões de AAV) ou "As mulheres em Portugal, hoje" (12 notícias, €2,5 milhões de AAV). A relevância mediática dos estudos da Fundação também pode ser avaliada pelo número de capas de imprensa que obtiveram: nove capas no *Público*, sete no *Diário de Notícias*, duas no *Expresso* (Caderno de Economia) e uma na revista *Visão*. Ao todo, os estudos da Fundação geraram, em 2022, 1269 notícias (+17% face a 2021), das quais 52% em meios *premium*, e cerca de 35 milhões de euros de AAV (+15%).

As publicações da Fundação geraram 530 notícias em 2022 — um aumento de 5% face ao ano anterior

É igualmente relevante destacar a forte presença da Pordata nos meios de comunicação social, tendo, em 2022, registado um total de 2701 notícias, com um AAV de cerca de 92 milhões de euros, representando um crescimento de 17% no volume de notícias e de 166% no total de AAV. Neste âmbito, merecem especial referência as 1207 notícias que utilizam a Pordata como fonte, ou seja, notícias publicadas espontaneamente pelos jornalistas sem intervenção da Fundação, que totalizaram 38 milhões de euros de AAV, um montante que ultrapassa o total de AAV gerado pela Pordata em 2021. Em 2022, foram dez os comunicados enviados à imprensa, destacando-se o *press release* a propósito do Dia Internacional de Erradicação da Pobreza, que gerou 409 notícias e €18 milhões de AAV. Obtiveram também um forte impacto mediático os comunicados do Dia Internacional dos Migrantes (148 notícias, €3,8 milhões de AAV), do Dia do Ambiente (93 notícias, €2,4 milhões de AAV) e do Dia da Produção Nacional (218 notícias, €1,4 milhões de AAV), este último focado no setor agrícola nacional.

As publicações da Fundação geraram 530 notícias em 2022 — um aumento de 5% face ao ano anterior —, que correspondem a 9 milhões de euros de AAV, e cerca de metade destas (46%) são provenientes de meios *premium*. Entre os livros mais noticiados, destacam-se *Mandem*



Saudades, de Mário Augusto (42 notícias, €3,6 milhões de AAV), *Populismo*, de José Pedro Zúquete (41 notícias, €515 mil de AAV) e *A religião dos livros, alfarrabistas, livrarias e livreiros*, de Carlos Maria Bobone (13 notícias, €410 mil de AAV). À semelhança dos estudos da Fundação, os livros demonstram um impacto duradouro nos meios de comunicação social, tendo ascendido a 56 o número de publicações anteriores a 2022 mencionadas em notícias este ano, correspondendo a um total de 3 milhões de euros de AAV.







PARCERIAS *MEDIA*

Durante o ano, decorreram várias parcerias com órgãos de comunicação social. Em televisão, deu-se continuidade às parcerias com a RTP e com a CMTV, e realizaram-se três novas parcerias: uma com a TVI/CNN e duas com o grupo Impresa (SIC e SIC Notícias); na imprensa, manteve-se a parceria com o *Jornal Económico* e estabeleceram-se novas parcerias com o *Público* e com o *Expresso*; em rádio, deu-se continuidade à parceria com a Renascença.

RTP

- Emissão de dez programas *Fronteiras XXI* na RTP3, com uma audiência total de cerca de 1 milhão de espectadores e uma audiência média de cerca de 95 mil pessoas por programa. Os três programas mais vistos foram *Cancro — para quando a cura?*, emitido em março (178 mil espectadores), *Putin deu um novo propósito à EU?*, emitido em maio (125 mil espectadores) e *Habitação — qual é o futuro em Portugal?*, emitido em abril (99 mil espectadores).

- Coprodução de três documentários com a RTP1: em abril, *Juventudes* (audiência total: 911 mil espectadores); em julho, *O desafio do ensino superior em Portugal* (audiência total: 824 mil espectadores); em outubro, *Longevidade* (audiência total: 1,1 milhões de espectadores).

CMTV

- Total de dez programas *Falar Global*, dos quais três dedicados ao Mês da Ciência e da Educação e sete dedicados ao estudo "Do *made in* ao *created in*: um novo paradigma para a economia portuguesa".
- 40 Retratos de Portugal feitos a partir de dados da Pordata.
  Estes programas registaram uma audiência total de 7 milhões de espectadores.

TVI/CNN

Parceria no âmbito do encontro "Outra Vez, Nunca Mais", que decorreu nos dias 27 e 28 de maio, em Lisboa. A parceria gerou um total de 14 notícias e 2 milhões de euros de AAV, através da cobertura do encontro e de entrevistas a especialistas nacionais e internacionais.

SIC

Parceria com a Pordata intitulada *Portugal Mudou*, no âmbito da celebração dos 30 anos da SIC. Consistiu numa série de reportagens televisivas, emitidas semanalmente no *Jornal da Noite*, que partiram de histórias que aconteceram há 30 anos e as atualizaram para os dias de hoje. Em 2022, foram emitidas 12 reportagens, que obtiveram um total de 12 milhões de espectadores.

SIC Notícias e *Expresso*

Com o intuito de aprofundar e debater as conclusões do estudo "Do *made in* ao *created in*: um novo paradigma para a economia portuguesa", a Fundação estabeleceu uma parceria com o grupo Impresa que consistiu

num conjunto de seis artigos no *Expresso* e seis debates na SIC Notícias, sob o mote "O que Portugal precisa para crescer". Mais de 24 académicos e empresários de diversos setores contribuíram para esta parceria, que obteve uma audiência total em televisão de 401 mil espectadores e, em imprensa, uma audiência média de 381 mil leitores.

Jornal Económico

Publicação de 12 artigos, com uma cadência mensal, escritos por autores de Ensaios e Retratos da Fundação. Em 2022, esta parceria gerou um total de 107 mil euros de AAV.

Jornal *Público*

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento da sociedade sobre o estudo da Fundação "O sistema de transportes em Portugal", publicado em 2021, esta parceria com o *Público* consistiu num conjunto de oito artigos em papel e *online*, divulgados com uma cadência quinzenal, que geraram um total de 276 mil euros de AAV.

Rádio Renascença

- Emissão do programa *Da Capa à Contracapa*, às terças-feiras, às 23h15;
- Emissão da rubrica "A Fundação dá que pensar", às terças-feiras, às 19h15;
- Emissão da nova rubrica "A Fundação Sugere", aos sábados, entre as 08h00 e as 09h00.
- Estes programas alcançaram uma audiência total de 9 milhões de pessoas em 2022.

Programa *Fronteiras XXI*

A sexta temporada do programa *Fronteiras XXI* garantiu, em 2022, mais de um milhão de espectadores à Fundação, incluindo as repetições do programa.

Nunca como este ano os temas dos debates estiveram tão ligados aos estudos da Fundação. Cinco programas foram cruzados com investigações recentes, levando à antena muito dos seus autores e especialistas. Três dos debates estiveram ligados às conclusões do estudo "*Do made in* ao *created in*: um novo paradigma para a economia portuguesa": "Como vamos carregar o mundo?", "Que transportes para o futuro?" e "Que competências faltam a Portugal?". Outro programa abordou o estudo sobre o mercado imobiliário "Qual o futuro da habitação em Portugal?". Finalmente, o último programa da temporada, "Onde para a ética na política?", incidiu sobre as conclusões do estudo sobre o mesmo tema, apresentado nesse mês de dezembro. Ao longo do ano, mais de 40 especialistas nacionais participaram nos debates em antena e foram entrevistados mais de meia centena de peritos internacionais.

Este foi um ano de grandes desafios de produção, uma vez que a maioria dos programas foram realizados fora do Teatro Thalia, que fora desde o início a casa do programa. Os programas foram emitidos a partir do terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, do Pavilhão de Exposições da Tapada de Agronomia, da NOVA SBE, da Reitoria da Universidade de Lisboa ou da LX Factory, em Lisboa.

O debate mais visto do ano, sobre o cancro, registou uma audiência média de 177.600 espectadores

O debate mais visto do ano, sobre o cancro, registou uma audiência média de 177.600 espectadores, tendo o programa *Putin deu um novo propósito à UE?* sido o mais visto, com uma audiência de 124.700 pessoas.

Num ano pautado pelas perdas de audiência da RTP3 — que passou, em 2022, a ser o canal de informação menos visto da televisão por cabo — o *Fronteiras XXI* alcançou uma audiência média de quase cem mil espectadores, uma quebra de 24% em relação ao ano anterior, em que a média por programa rondava os 124 mil. No *site* do *Fronteiras XXI*, foram visitadas mais de 210 mil páginas até setembro, altura em que este projeto foi integrado no novo portal.

A perda de audiências foi uma das razões que levou à decisão de suspender a emissão do programa em 2023. A marca *Fronteiras XXI*, continua, contudo, a ser sinónimo da qualidade, da seriedade e do rigor de conteúdos que caracterizam a Fundação.

Relatório Financeiro do Exercício de 2022

O relatório financeiro reflete as contas da Fundação.

As entregas prometidas e contratadas com a Família Fundadora foram concretizadas junto da Fundação conforme o plano estabelecido no contrato, tratando-se de um gesto extremamente honroso pela confiança que traduz nos órgãos sociais.

O Conselho de Administração prossegue uma política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para cumprir os compromissos assumidos.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de colaboradores ajustado aos projetos em curso, refletido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referidos no Relatório e Contas.

A distribuição temática e funcional dos projetos revela a consistência e continuidade de opções e de métodos associados à atividade da Fundação.

O resultado do exercício foi de €1.045.458 negativos. O Fundo Patrimonial totaliza, no final de 2022, €7.322.563.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 24 de junho de 2016, os resultados líquidos dos exercícios apurados anualmente, positivos ou negativos, são transferidos para o Fundo Patrimonial na rubrica de Resultados Transitados, pelo que o Conselho de Administração propõe que o resultado negativo apurado de 2022, de €1.045.458, seja transferido para os Resultados Transitados.

Perspetivas para 2023

Em 2023, a Fundação tem prevista uma programação ambiciosa e relevante, com iniciativas presenciais e *online*.

Na área das publicações, serão editados nove Ensaios — que abrangem temas como o consumo, o lixo, direitos humanos, saúde e hospitais privados ou a desertificação — e seis Retratos, sobre temas como os Açores, a solidão ou a revolução dos algoritmos. Serão também publicados três livros fora de coleção, dedicados a temas como o ensino superior e as cinco décadas de democracia. Além disso, a Fundação vai publicar uma nova coleção de cinco títulos, dedicada ao tema da nutrição.

Na área científica, serão divulgados quatro novos estudos, sobre temas como o impacto do IRC na economia, o idadismo no local de trabalho, os objetivos de desenvolvimento sustentável no contexto empresarial português, ou a alimentação. Está também prevista uma nova edição da Escola de Verão, que será dedicada ao tema "talento e mercado de trabalho".

No que se refere à Pordata, 2023 será um ano dedicado à implementação de uma nova arquitetura de sistemas e à total reformulação do *site*, com o objetivo de gerar mais tráfego, atrair novos utilizadores e permitir uma melhor experiência de navegação.

As atividades da Fundação em 2023 incluem ainda a produção de mais uma série de *podcasts [IN]Pertinente*, bem como do *videocast* mensal *Isto Não É Assim Tão Simples*. A Fundação voltará a produzir, em parceria com a RTP1, uma série de quatro documentários, a emitir em horário nobre, dedicados aos seguintes temas: alterações climáticas, habitação, pobreza, cinco décadas da democracia.

Em 2023, a Fundação prosseguirá o seu objetivo de colaborar no esforço de resolução dos grandes problemas nacionais, disponibilizando para isso aos Portugueses informação pertinente e atualizada, bem como um conjunto de instrumentos de reflexão, cientificamente consistentes, sobre os temas mais relevantes na sociedade. As suas atividades continuarão a pautar-se por critérios de independência, rigor e pluralismo, visando amplificar o seu alcance e impacto.

Lisboa, 28 de março de 2023

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Contas

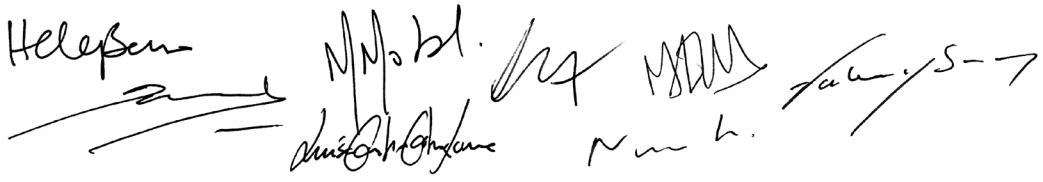


Balanço

De 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro 2021
(montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	**2022**	2021
Ativo Não Corrente			
Investimentos financeiros	16.2	**25 683**	22 095
Ativo Corrente			
Inventários	5.3	**110 907**	89 187
Clientes	6	**45 013**	30 911
Estado e outros entes públicos	7.1	**11 958**	11 958
Outros créditos a receber	8	**21 160**	32 070
Diferimentos	9	**112 178**	59 475
Outros ativos financeiros	4.2	**4 892 433**	5 721 830
Caixa e depósitos bancários	4.1	**3 990 255**	4 449 856
Total do ativo		**9 209 587**	**10 417 382**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Dotações de Fundadores	10.1	**1 000 000**	1 000 000
Resultados transitados	10.2	**7 368 021**	7 013 368
		8 368 021	8 013 368
Resultado líquido do período	D.R	**(1 045 458)**	354 653
Total dos fundos patrimoniais		**7 322 563**	**8 368 021**
PASSIVO			
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	**1 286 601**	1 436 072
Estado e outros entes públicos	7.2	**85 122**	98 628
Outras dívidas a pagar	12	**515 301**	514 662
Total do passivo		**1 887 024**	**2 049 361**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**9 209 587**	**10 417 382**

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado (n.º 79736)



Demonstração dos Resultados por Naturezas

De 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro 2021
(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas Anexo	Período 2022	Período 2021
Vendas e serviços prestados	13.1	**195 097**	171 774
Subsídios, doações e legados à exploração	14	**7 345 000**	7 693 000
Custo das mercadorias vendidas	5.1	**(233 869)**	(217 682)
Fornecimentos e serviços externos	15	**(6 219 202)**	(5 852 954)
Gastos com o pessoal	16.1	**(1 284 773)**	(1 375 536)
Imparidades de inventários (perdas e reversões)	5.4	**(14 328)**	301 188
Aumentos/redução de justo valor	18	**(829 397)**	41 271
Outros rendimentos	13.2	**45 257**	61 459
Outros gastos	17	**(41 224)**	(465 345)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(1 037 438)**	**357 175**
Juros e gastos similares suportados		**(8 020)**	(2 522)
Resultado antes de impostos		**(1 045 458)**	**354 653**
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**(1 045 458)**	**354 653**

O Conselho de Administração

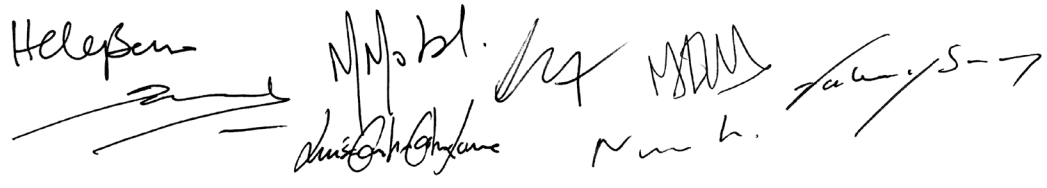
O Contabilista Certificado (n.º 79736)

Demonstração de Fluxos de Caixa (método direto)

De 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro 2021
(montantes expressos em euros)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	2021
Recebimentos de clientes e utentes	**265 551**	235 191
Pagamentos a fornecedores	**(681 913)**	(686 913)
Pagamentos ao pessoal	**(607 325)**	(682 431)
Caixa gerada pelas operações	**(1 023 687)**	**(1 134 153)**
Impostos:	**(745 967)**	(710 857)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	**(48 303)**	(33 282)
Retenção Impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	**(289 680)**	(288 717)
IRS Categoria B	**(62 898)**	(38 525)
IRC Categoria F	**(24 602)**	(24 603)
Contribuições para a Segurança Social	**(320 484)**	(325 730)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	**(1 769 654)**	**(1 845 010)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações (projetos)	**(6 034 946)**	(5 271 251)
Investimentos financeiros	**0**	(5 680 559)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	**(6 034 946)**	**(10 951 810)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Donativos	**7 345 000**	7 693 000
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	**0**	(12)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(3)	**7 345 000**	**7 692 988**
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	**(459 600)**	**(5 103 832)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**4 449 856**	**9 553 689**
Caixa e seus equivalentes no final do período	**3 990 255**	**4 449 856**

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado (n.º 79736)



Anexo

De 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro 2021
(montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por "FUNDAÇÃO" ou "FFMS", é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. (Sociedade Fundadora), a 12 de fevereiro de 2009, com sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Freguesia de Campolide, Concelho e Distrito de Lisboa.

A FUNDAÇÃO foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de junho de 2009, e declarada pessoa coletiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A 1 de março de 2013, foi publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 43 — Bloco C, a confirmação do estatuto de utilidade pública, passando, assim, a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

A escritura dos novos estatutos realizada a 21 de novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça foi aprovada pelo Conselho de Ministros, através do ofício n.º 3666/DAJD/2013.

A FUNDAÇÃO tem no seu objeto social o fim primordial de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento inter-relacional da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, a FUNDAÇÃO tem desenvolvido estudos em diversas áreas sociais: demografia e população, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, estado, instituições democráticas, entre outras. O detalhe de cada um destes estudos está apresentado no Relatório Anual de Atividades.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho que transpôs, para a ordem jurídica interna, a Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspetos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não-preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

As bases de preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Continuidade

As operações realizadas foram registadas no pressuposto da continuidade da Entidade durante um período de pelo menos doze meses, mas sem limitação, a partir da data de balanço.

Regime da periodização económica (acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são, respetivamente, gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja percetível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação e, em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Compensação

Os ativos e passivos e os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são as utilizadas na preparação das quantias comparativas, pelo que sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogados, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excecionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e do resultado da Entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- **Outros ativos financeiros** — Os fundos de tesouraria e portefólios de investimento são registados pelo valor de aquisição, sendo no final de cada período económico valorizados à cotação indicada pela entidade bancária. Os ativos têm a cotação de mercado e o justo valor é determinado pela observação dessas cotações;
- **Clientes e outras contas correntes a receber** — A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva

de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

- **Fornecedores e outras contas a pagar correntes** — As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- **Acréscimos e diferimentos** — As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.
- **Dotações de fundadores** — As dotações do Fundador são registadas no Fundo Patrimonial na data da confirmação da sua atribuição.
- **Subsídios à exploração** — As comparticipações recebidas do Fundador para fazer face às despesas com projetos e ao funcionamento da FUNDAÇÃO são reconhecidas na totalidade em rendimentos do período, critério este que foi adotado a partir do período de 2016 por decisão da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, na sequência da assinatura do novo Acordo de Concessão de Dotações, a 11 de fevereiro de 2016, com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SE, por um período de dez anos.
- **Inventários** — As mercadorias que correspondem aos livros das categorias Ensaios e Revista XXI e Outras publicações são mensuradas pelo custo de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- **Resultado líquido do período** — o saldo apurado, no período anual, positivo ou negativo, é transferido para o Fundo patrimonial, rubrica de Resultados transitados (nos períodos anteriores a 2016, o resultado do período apurado era sempre nulo, por efeito do procedimento de registo dos rendimentos referido acima).

4. FLUXOS DE CAIXA E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

4.1 O saldo da rubrica Caixa e seus equivalentes no final do período da Demonstração dos fluxos de caixa e o da correspondente rubrica do Balanço integra o numerário e os depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), cuja decomposição é a apresentada abaixo:

	2022	2021
Numerário	**1 000**	673
Depósitos bancários	**3 989 255**	4 449 183
Total	**3 990 255**	**4 449 856**

4.2 O valor de Outros ativos financeiros da rubrica do Balanço, no montante de 4.892.433 euros, respeita à aplicação num portefólio de investimentos com os seguintes movimentos:

Valor Mercado 31/12/2021	Movimentos	Valor Mercado 31/12/2022
5 721 830	-829 397	4 892 433
5 721 830	-829 397	4 892 433

Os valores dos movimentos ao justo valor:

	Não Realizadas	Realizadas
Perdas de justo valor	721 832	269 128
Ganhos de justo valor	0	161 563
Total	**-721 832**	**-107 565**

5. INVENTÁRIOS

5.1 O movimento ocorrido na rubrica de Inventários — mercadorias para apuramento do custo das mercadorias vendidas foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.21	Aumentos (Compras)	Diminuições		Saldo final 31.12.22
			CMVMC	Ofertas	
Inventários:					
Mercadorias — Ensaios	138 843	138 840	(111 755)	(11 246)	154 681
Mercadorias — Anuários e outras publicações	80 896	159 796	(122 113)	(17 473)	101 105
Total	**219 739**	**298 635**	**(233 869)**	**(28 719)**	**255 787**

Comparando com o ano de 2021:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.20	Aumentos (Compras)	Diminuições		Saldo final 31.12.21
			CMVMC	Ofertas	
Inventários:					
Mercadorias — Ensaios	352 906	110 928	(99 597)	(225 392)	138 843
Mercadorias — Anuários e outras publicações	249 615	176 486	(118 085)	(227 121)	80 896
Total	**602 521**	**287 414**	**(217 682)**	**(452 514)**	**219 739**

5.2 O valor de mercadorias em inventário, juntamente com o que se encontrava à consignação, não considerando o valor de imparidades é o seguinte:

Rubricas — Ensaios	Saldo final 31.12.22	Saldo final 31.12.21
Mercadoria Fundação	**68 298**	106 891
Mercadoria à consignação	**86 383**	31 952
Total [1]	**154 681**	**138 843**

Rubricas — Anuários e Outras Publicações	**Saldo final 31.12.22**	Saldo final 31.12.21
Mercadoria Fundação	**37 813**	51 927
Mercadoria à consignação	**63 293**	28 968
Total [2]	**101 105**	**80 896**
Total Geral [1+2]	**255 787**	**219 739**

5.3 A perda por imparidade no inventário de Ensaios e Revista XXI e Outras publicações referente às edições dos anos de 2011 a 2018, 2019, 2020 e 2021 foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respetivamente. O valor realizável de inventários em balanço é conforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Valor Custo 31/12/2022	Imparidade	**Valor Realizável Líquido 12/31/2022**	Valor Realizável Líquido 12/31/2021
Inventários:				
Mercadorias — Ensaios	154 681	100 651	**54 031**	43 863
Mercadorias — Revista XXI e Outras publicações	101 105	44 229	**56 876**	45 324
Total	**255 787**	**144 879**	**110 907**	**89 187**

5.4 O movimento do período da rubrica de Imparidades é o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2021	**Imparidade (reforço)**	Saldo Final 31.12.2022
Imparidade:			
Mercadorias — Ensaios	94 980	**5 671**	100 651
Mercadorias — Revista XXI e Outras publicações	35 572	**8 657**	44 229
Total	**130 552**	**14 328**	**144 879**

5.5 O movimento do valor contabilístico do stock é o seguinte:

Movimentos do Exercício		
Rubricas	Saldo inicial 31.12.21	**Saldo final 31.12.22**
Valor do stock	219 739	**255 787**
Imparidade	130 552	**144 879**
Stock contabilístico	**89 187**	**110 907**

6. CLIENTES

A decomposição do saldo de clientes é a seguinte:

	2022	2021
Créditos a receber	**54 610**	40 509
Perdas por imparidades acumuladas	**(9 598)**	(9 598)
Total	**45 013**	**30 911**

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela FUNDAÇÃO, ajustadas pelas respetivas perdas por imparidade. O valor da imparidade refere-se ao saldo a receber da ST&SF — Sociedade de publicações, Lda.

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1 Ativo

	2022	2021
Retenção na fonte (IRC)	**11 958**	11 958
Total	**11 958**	**11 958**

7.2 Passivo

	2022	2021
Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS)	**38 287**	39 395
IVA — A liquidar	**19 670**	33 282
Contribuições para a Segurança Social	**27 165**	25 950
Total	**85 122**	**98 628**

A FUNDAÇÃO encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo sido requerido ao Ministro das Finanças o reconhecimento da isenção, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

O valor em dívida à Segurança Social corresponde ao valor a liquidar em janeiro do ano seguinte.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, a declaração fiscal da Entidade referente ao ano de 2022 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, a Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades inspetivas, não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os valores de Outros créditos a receber, no valor de 21.160 euros (em 2021: 32.070 euros), inclui adiantamento a pessoal e adiantamento a fornecedores, bem como saldos de credores diversos de pequeno montante.

9. DIFERIMENTOS

A rubrica de Diferimentos — Outros gastos a reconhecer, no valor de 112.178 euros (período anterior 59.475 euros) inclui o valor de 106.545 euros referente a serviços prestados com assistência informática e o valor de 5.633 euros referente a prémios de seguros cuja periodicidade abrange parte do período seguinte (2023).

10. FUNDOS PATRIMONIAIS

10.1 O valor da Dotação do Fundador, no montante de 1.000.000 euros, foi totalmente realizado no período de 2009.

10.2 O saldo da conta de Resultados transitados, no montante de 7.368.021 euros, respeita i) à transferência do saldo da rubrica de Diferimentos do período findo a 31 de dezembro de 2015, correspondente às verbas de dotações recebidas do Fundador, no âmbito do primeiro contrato de Acordo de Concessão de Dotações, no montante de 5.423.500 euros e que não foram utilizadas no financiamento da atividade da FUNDAÇÃO até à data da caducidade do referido Acordo (fevereiro de 2016), conforme mencionado acima no ponto 3 — bases de apresentação; e ao ii) acréscimo do Resultado líquido apurado no período de 2016 (469.675 euros), do período de 2017 (621.084 euros), do período de 2018 (628.616 euros) do período de 2019 no valor negativo (753.443 euros), do período de 2020 (623.936 euros) e do período de 2021 (354.653 euros).

11. FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Fornecedores conta corrente	**1 249 701**	1 376 319
Consultores e prestadores de serviços individuais	**36 900**	59 753
Total	**1 286 601**	**1 436 072**

O saldo de Fornecedores conta corrente, cujo vencimento decorre, essencialmente, entre os meses de janeiro e fevereiro, é na totalidade exigível, não havendo situações de litígio ou de protelação de prazos de pagamento, e é

relativo, essencialmente, a prestadores de serviços e a gastos com a produção de publicações, participação nos meios de comunicação e eventos.

12. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Dívidas por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	**180 490**	182 248
Remunerações órgãos sociais	**51 173**	55 836
Outros acréscimos de gastos	**283 467**	276 563
Subtotal	**515 130**	**514 646**
Outras dívidas	**171**	15
Total	**515 301**	**514 662**

Os valores das rubricas de Remunerações a liquidar a colaboradores (180.490 euros) e aos órgãos sociais (51.173 euros) correspondem à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2023, vencidas no exercício de 2022.

A rubrica de "Outros acréscimos de gastos" (283.467) inclui, essencialmente, i) o valor de 189.533 euros de prestação de serviços de cedência de recursos humanos, rendas e comparticipação de gastos (prestados pela UnileverFima/JMDB/JMR); e ii) o valor de 93.934 euros referente a acréscimos de gastos com projetos da Comissão Científica, Publicações e Programas que já estavam em execução à data do encerramento do presente período.

13. RÉDITO

13.1 A rubrica de Vendas e Prestação de serviços decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Venda de ensaios	**106 902**	100 136
Venda de outras publicações	**81 264**	62 356
Subtotal	**188 167**	162 492
Prestação de serviços (Encontros, E-books)	**3 865**	3 816
Prestação de serviços — Outros	**3 065**	5 467
Total	**195 097**	171 774

13.2 A rubrica de Outros rendimentos e ganhos decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Correções relativas a períodos anteriores	**44 866**	24 961
Outros	**391**	36 498
Total	**45 257**	**61 459**

O valor de Correções relativas a períodos anteriores, 44.866 euros, corresponde a regularizações referentes aos exercícios dos anos anteriores, e o valor de Outros refere-se a diferenças de câmbios favoráveis (391 euros).

14. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Do total dos valores de doações do período, recebidas e registadas em Rendimentos no montante de 7.345.000 euros, 7.000.000 euros foram efetuadas pelo Fundador — Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E., e 345.000 euros da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., conforme o contrato assinado em 20/12/2021 para o projeto “Novo Paradigma Portugal”, no montante global de 1.500.000 euros, dos quais 693.000 euros para 2021 (recebidos), 345.000 euros para 2022 (recebidos), e os restantes para 2023.

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Designação	**2022**	2021
Trabalhos especializados	**4 230 614**	4 205 005
Publicidade e comunicação	**601 104**	509 631
Deslocações e estadas	**92 079**	83 022
Conservação – edifícios e outros	**110 062**	80 200
Assessoria jurídica e outros	**66 370**	57 228
Rendas e alugueres e custos associados	**163 130**	138 779
Serviços de informática	**40 674**	31 663
Outros Custos — cedência de pessoal	**374 803**	322 382
Despesas de representação	**37 858**	11 450
Despesas de comunicação e transporte	**47 338**	34 559
Outros fornecimentos e serviços	**19 505**	10 025
Outros custos	**1 552 924**	**1 278 940**
FSE — Custos projetos	**5 783 538**	**5 483 945**
FSE — Custos funcionamento	**435 664**	**369 009**
Total FSE	**6 219 202**	**5 852 954**

O valor de FSE — Custos projetos, no montante de 5.787.638 euros, incorpora a maioria dos gastos com os projetos e publicações desenvolvidos pela FUNDAÇÃO, conforme discriminados na nota 19 abaixo, sendo que a rubrica de Trabalhos especializados se refere aos bens e serviços afetos diretamente à produção de publicações e à realização de eventos, e as restantes rubricas aos gastos administrativos indiretos que foram repartidos pelos projetos. O valor de FSE — Custos de funcionamento, no montante de 435.664 euros, refere-se, essencialmente, a serviços de gestão, despesas administrativas e manutenção do sistema informático.

16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1. Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Remunerações de órgãos sociais	**303 078**	315 835
Remunerações do pessoal	**688 973**	715 007
Senhas de presença	**109 531**	129 131
Encargos sobre remunerações	**160 753**	181 939
Outros (seguros, indemnizações, testes COVID-19)	**22 438**	33 623
Total	**1 284 773**	**1 375 536**

O quadro de Pessoal da FUNDAÇÃO integrava, no final do período, 20 colaboradores (23 colaboradores em 2021), dos quais dois são membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

O valor das senhas de presença, atribuídas aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A e, como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a Segurança Social.

16.2 A Lei 70/2013, de 30 de agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013. No cumprimento da lei, o cálculo do fundo de compensação é efetuado através da aplicação da taxa de 0,925% sobre o salário base, tendo sido apurado o valor de 25.683 euros (no período anterior 22.095 euros) e registado na rubrica em balanço de Investimentos financeiros.

17. OFERTAS DE LIVROS E OUTROS

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2022	2021
Outros gastos e perdas		
Ofertas de edições	**15 074**	414 900
Ofertas de outras publicações	**13 645**	37 614
	28 719	**452 514**
Quotizações e taxas	**2 000**	2 943
Correção exercícios anteriores	**9 088**	7 685
Diferenças de câmbio / Outros	**1 418**	2 203
	12 505	**12 831**
Total	**41 224**	**465 345**

A rubrica de Ofertas de edições corresponde às publicações editadas pela FUNDAÇÃO doadas a instituições protocoladas. A rubrica de Diferenças de câmbio/Outros inclui valores relativos a diferenças de câmbio desfavoráveis, juros de mora, multas e outras penalidades.

A variação das ofertas deriva de 2021 ser um ano de exceção, ao longo do qual a FUNDAÇÃO ofereceu livros para bibliotecas a nível nacional.

18. AUMENTOS E REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica de Aumentos e Reduções de Justo Valor do portefólio, no montante de 829.397 euros, compreende a desvalorização de instrumentos financeiros, de acordo com a cotação indicada pela instituição financeira que gere a carteira. Existe uma Perda de Justo valor realizada no valor de 107.565 euros que permite não existir imposto a pagar.

	Não Realizadas	Realizadas
Perdas de justo valor	721 832	269 128
Ganhos de justo valor	0	161 563
Total	**-721 832**	**-107 565**

19. OUTRAS INFORMAÇÕES — PROJETOS PROMOVIDOS E PUBLICAÇÕES

Os projetos promovidos pela FUNDAÇÃO, que incluem a Coordenação Científica, repartem-se em Projetos comissão científica e Outros programas, estando os primeiros organizados em três áreas: Economia, Instituições e Sociedade, e, os segundos, em quatro áreas: Debates e Documentários, Portais, Encontros da FUNDAÇÃO e Reporting & Sistemas Comunicação.

Até ao final do período de 2022, para a execução de Projetos científicos e programas e Publicações, foi aprovado o valor de 63.869.669 euros e realizado o respetivo valor de 63.168.506 euros, conforme se discrimina no mapa acumulado de 2009–2022 de Proposta de Desembolso de Capital (PDC) que se segue:

	Valores Aprovados			Valores Realizados		
Rubricas	Acumulado 2009 a 2021	**2022**	Acumulado 2009 a 2022	Acumulado 2009 a 2021	**2022**	Acumulado 2009 a 2022
Economia	2 334 475	**813 025**	3 147 500	2 491 841	**500 890**	2 992 732
Instituições	2 800 346	**558 325**	3 358 671	2 657 516	**484 546**	3 142 062
Sociedade	4 902 606	**463 038**	5 365 644	4 931 986	**397 818**	5 329 804
Projetos anteriores a 2014	3 832 572		3 832 572	3 832 572		3 832 572
Total projetos científicos (1)	**13 869 999**	**1 834 388**	**15 704 387**	**13 913 916**	**1 383 254**	**15 297 170**
Debates, documentários e out. projetos	2 835 043	**1 182 618**	4 017 661	3 004 321	**976 440**	3 980 761
Portais	13 056 772	**1 996 090**	15 052 862	13 056 625	**1 778 607**	14 835 232
Encontros Fundação	12 229 425	**763 797**	12 993 222	12 372 397	**620 825**	12 993 222
Reporting & sistemas de comunicação	3 879 604	**659 176**	4 538 780	4 011 298	**488 067**	4 499 365
Total outros programas	**32 000 843**	**4 601 681**	**36 602 524**	**32 444 642**	**3 863 939**	**36 308 580**
Total projetos científicos e programas (2)	**45 870 842**	**6 436 069**	**52 306 911**	**46 358 556**	**5 247 193**	**51 605 750**
Publicações	**10 549 457**	**1 013 300**	**11 562 757**	**10 755 804**	**806 953**	**11 562 757**
Total geral	**56 420 298**	**7 449 369**	**63 869 668**	**57 114 360**	**6 054 146**	**63 168 506**
Verba a cativar						**701 162**

(1) Os gastos de Projetos científicos e Outros programas estão registados na rubrica de Fornecimentos e serviços externos — trabalhos especializados (inclui o valor de IVA suportado), sendo reconhecido o gasto em função da evolução e concretização das várias fases dos projetos.

(2) Os gastos de Publicações são, essencialmente, referentes à produção de livros, incluindo: i) custo das mercadorias consumidas; ii) ofertas de edições; iii) Fornecimentos e serviços externos — Trabalhos especializados —, gastos com eventos, ações POS e gestão logística, e publicidade e comunicação.

Resumo	**2022**	2021
Projetos aprovados com proposta de desembolso de capital (PDC)	**63 869 668**	60 086 147
Valores gastos	**(63 168 506)**	(57 114 360)
Verba a cativar (para 2023)	**701 162**	**2 971 785**

Para fazer face à verba a cativar de 701.162 euros, relativa aos projetos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC), o valor de meios financeiros disponíveis no final do período era de 3.990.255 euros, correspondentes ao saldo da conta de Depósitos à ordem (Nota 4).

20. APLICAÇÃO DE FUNDOS

Até à data, a FUNDAÇÃO recebeu do Fundador a Dotação Inicial de 1.000.000 euros e subsídios de 87.000.000 euros (81.576.500 + 5.423.500 euros), e obteve ganhos em subsídios de outras entidades, vendas e prestações de serviços e outros proveitos não operacionais de 4.169.888 euros. Ao total de ganhos de 85.746.388 (85.559.704+186.684) euros foram afetos gastos da atividade operacional e custos de funcionamento no montante de 84.832.996 euros, originando um resultado de 899,064 euros adicionado aos resultados transitados e ao fundo patrimonial inicial. A 31 de dezembro de 2022, o valor de Fundo Patrimonial é 7.322.563 euros.

	2022		2009–2021		2009–2022	
Subsídios (Nota 14)	**7 000 000**		74 576 500		81 576 500	
Subsídios de outras entidades (Nota 14)	**345 000**		904 170		1 249 170	
Vendas e serviços prestados (Nota 13.1)	**195 097**		2 538 937		2 734 034	
Total proveitos	**7 540 097**		**78 019 607**		**85 559 704**	
Projetos (Nota 19)	**6 054 146**	**78%**	57 114 360	**74%**	63 168 506	**74%**
Gastos de funcionamento (1)	**1 732 942**	**22%**	19 931 548	**26%**	21 664 490	**26%**
Total gastos	**7 787 088**		**77 045 908**		**84 832 996**	
Outros proveitos/gastos não operacionais (2)	**-784 140**		970 823		186 683	
Resultado do(s) período(s) (acumulado)	**-1 045 458**		**1 944 521**		**899 064**	
Comparticipação do Fundador até 2015 transferida para Resultados transitados			5 423 500		5 423 500	
Dotação inicial			1 000 000		1 000 000	
Fundo Patrimonial			**8 368 021**		**7 322 563**	

(1) O valor de gastos de funcionamento corresponde aos Gastos com pessoal (Nota 16.1), custos de funcionamento da rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 15), e o valor da Rubrica de Outros gastos e perdas (12.505 euros) da Nota 17.

(2) O valor de Outros proveitos/gastos não operacionais resulta de Outros ganhos (45.257 euros) da Nota 13.2 e aumentos e reduções de justo valor (829.397 euros) da Nota 18.

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 7.380 euros.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

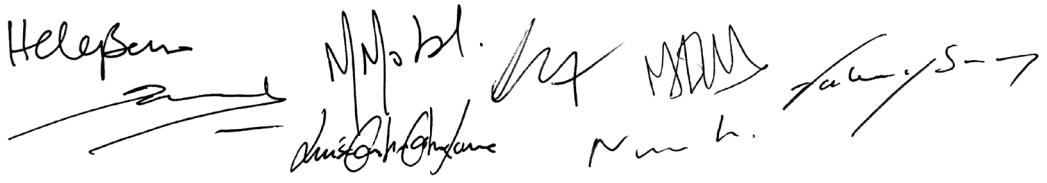
Até à data da conclusão deste relatório, não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Atualizámos a Pordata, continuámos com a edição das publicações, conforme mencionamos no relatório de atividades, mantivemos a programação dos estudos, realizámos o Mês da ciência, da educação e a Escola de Verão, e seguimos o programa científico para o triénio 2021–2023. Em 2023, iremos manter o programa de televisão *Fronteiras XXI*.

Em 2022, toda a equipa da FFMS reafirma a sua vontade de contribuir para um país melhor e mais desenvolvido, com pluralismo e debate de ideias, independência, sentido crítico e pleno compromisso de cidadania para o bem comum.

O Conselho de Administração



O Contabilista Certificado (n.º 79736)



Building a better working world

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Francisco Manuel dos Santos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 9.209.587 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.322.563 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.045.458 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Francisco Manuel dos Santos em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Pedro Miguel Borges Marques - ROC n.º 1801
Registado na CMVM com o n.º 20161640

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analisámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

Lisboa, 28 de Março de 2023

O CONSELHO FISCAL,

Dr. Henrique Soares dos Santos
Presidente

Drª Paula Prado Rosa
Vogal

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
Representada por: Dr. João Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896)

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Anexos



Anexo I

Carta de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os Portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objetivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais ativo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objetivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

Anexo II

Estatutos

ARTIGO 1.º (NATUREZA)

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omisso, pela Lei Portuguesa.

ARTIGO 2.º (FINS E OBJETO)

1. O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras atividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises sobre temas selecionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objeto dos trabalhos.

2. As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para: a) População e demografia; b) Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas; c) O desenvolvimento económico, social e humano; d) Identidade nacional e cultural; e) O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território; f) A Justiça, os Direitos e

deveres dos cidadãos; g) O Estado de proteção social, a Saúde, a Educação e a Segurança social; h) As políticas públicas; i) A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projetos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões; garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

ARTIGO 3.º (EXCLUSÕES)

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer atividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espetáculos, atividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

ARTIGO 4.º (DURAÇÃO)

A Fundação tem duração ilimitada.

ARTIGO 5.º (SEDE)

A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099–081 Lisboa, freguesia de Campolide, Concelho de Lisboa.

O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

ARTIGO 6.º (PATRIMÓNIO)

1. O património da Fundação é constituído:

a) Por um capital inicial próprio de € 1 000 000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;

b) Pelas dotações que vierem a ser contratadas com a Fundadora;

c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito, de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;

d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;

e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;

f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;

g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua atividade.

2. Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos pela Fundação, com exceção dos relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea a) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

ARTIGO 7.º (INVESTIMENTOS E CONTRIBUIÇÕES)

A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objeto, finalidade e independência.

ARTIGO 8.º (ÓRGÃOS DA FUNDAÇÃO)

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

ARTIGO 9.º (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

1. O Conselho de Administração é composto por cinco a onze membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o presidente, dele fazendo parte a Comissão Executiva, conforme previsto no artigo 11.º.

2. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.

3. O presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste.

4. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respetivo mandato neste último Conselho enquanto exercer aquelas funções.

5. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

ARTIGO 10.º (COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

1. Compete em especial ao presidente do Conselho de Administração promover os projetos tendentes à realização dos fins da Fundação.

2. Compete ainda ao presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.

3. Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:

a) Administrar o património da Fundação, praticando todos os atos necessários a esse fim, incluindo os atos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;

b) Aprovar os planos anuais de atividade, o relatório, balanço e contas do exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;

c) Aprovar o orçamento anual;

d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a refletirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;

e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;

f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, comparticipações e subsídios destinados a projetos concretos da Fundação.

ARTIGO 11.º (COMISSÃO EXECUTIVA)

1. A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e quatro vogais. O presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de presidente do Conselho de Administração.

2. A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, exceto se os seus membros tiverem

já sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.

3. Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:

a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;

b) Avaliar e aprovar propostas de projetos ou atividades e todos os respetivos termos e condições, aprovar a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projetos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;

c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.

4. As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

ARTIGO 12.º (VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO)

1. O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.

2. A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva, podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

ARTIGO 13.º (CONSELHO DE CURADORES)

1. O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove Membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada e com competência nos domínios adequados ao desempenho das atividades da Fundação.

2. O presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta tiver existência jurídica. Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- **a)** Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4;
- **b)** Por morte ou incapacidade permanente;
- **c)** Por renúncia por carta dirigida ao presidente do Conselho de Curadores;
- **d)** Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne pelo menos uma vez por semestre, e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente, de sua

iniciativa ou a pedido do presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao presidente, com exceção das votações a que se refere o artigo 16.º.

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

10. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respetivo presidente, sem direito de voto.

ARTIGO 14.º (COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE CURADORES)

1. Compete ao Conselho de Curadores:

- **a)** Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins;
- **b)** Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração;
- **c)** Destituir os membros do Conselho de Administração;
- **d)** Deliberar sobre as propostas do presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do Artigo 10.º, n.º 2, quanto à adoção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adoção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente;
- **e)** Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º;
- **f)** Apreciar e aprovar o relatório, o balanço e as contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;

g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;
h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respetivo presidente;
i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.

2. A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente, que também preside à mesma, e delibera sob a sua proposta.

ARTIGO 15.º (FISCALIZAÇÃO)

1. A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um presidente e dois vogais.

2. O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.

3. Compete ao órgão de fiscalização:
a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e as contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação;
c) Examinar e emitir parecer, trimestralmente, sobre as contas apresentadas pela Comissão Executiva.

ARTIGO 16.º (MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO)

1. A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do presidente do Conselho de Curadores, mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:

a) A proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efetividade de funções de cada um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e, sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efetividade de funções, conjuntamente considerados;

b) Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

ARTIGO 17.º (VONTADE DA FUNDADORA)

Os presentes Estatutos refletem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.

Anexo III

Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

I — DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída a 12 de fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os Portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedicase e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que — assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise — tenham por escopo elaborar uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projetos — os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores —, a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento ativo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projetos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objetiva e rigorosa sobre os resultados das suas atividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas atividades. Além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua atividade são muito variadas, embora se devam destacar — por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo — as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A atividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos atua, e sempre atuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas atividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II — CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS

Introdução e Princípios Gerais

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, adiante designada "Fundação" ou "FFMS", rege-se pelos seus Estatutos, pela sua Carta de Princípios e pelo presente Código de Boas Práticas.

A Fundação rege-se:

a) pelo **princípio da transparência** de normas e procedimentos, sendo públicos todos os seus códigos, regulamentos e dispositivos normativos, e devendo as atas das reuniões dos seus órgãos estatutários reproduzir integral e fidedignamente o que nelas ocorreu;

b) pelo **princípio democrático**, sendo as decisões dos seus órgãos colegiais tomadas por maioria e igualdade de votos, com voto de qualidade nos casos especificamente previstos;

c) pelo **princípio da lealdade institucional**, cabendo a todos os titulares de órgãos estatutários e colaboradores da FFMS o cumprimento dos princípios e da missão da Fundação e, bem assim, dos seus regulamentos e normas e das deliberações dos seus corpos diretivos, devendo ainda agir de acordo com padrões de boa-fé, diligência, responsabilidade, zelo e cuidado, e ainda por elevados princípios éticos de integridade e lealdade, em conformidade com os princípios de ética e conduta profissional elencados no presente Código de Boas Práticas;

d) pelos **princípios da verdade e da legalidade**, assumindo a Fundação o compromisso de que toda a informação por si prestada é atual, objetiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

Âmbito de aplicação

Salvo disposição em contrário, o Código de Boas Práticas da Fundação é aplicável a todos os titulares dos seus órgãos estatutários e a todos os colaboradores, constituindo também uma referência para o público no que se refere aos padrões de ética e conduta exigíveis à Fundação.

Princípios e regras funcionais

Relação com o público

A conduta dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação nas relações com os beneficiários da ação da FFMS deve pautar-se por práticas honestas, transparentes, esclarecidas, profissionais e diligentes, por forma a desenvolver vínculos de confiança e credibilidade, dessa forma contribuindo para o sucesso e fiabilidade da Instituição.

Relação com entidades externas à Fundação

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, devem sempre refletir as orientações e as posições da Fundação, devendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, cortesia e transparência.

Seleção e recrutamento de colaboradores e fornecedores

A Fundação seleciona os seus colaboradores e fornecedores mediante uma avaliação objetiva e transparente, tendo por critérios, nomeadamente, o seu mérito, as condições de prestação de serviços e de fornecimento, a garantia de qualidade nos bens e serviços prestados e o cumprimento das melhores práticas ambientais.

Missão

Todos os colaboradores são indispensáveis à prossecução da missão e dos fins estatutários da Fundação, que se pretende sejam desenvolvidos de forma sustentada e alicerçados na criação de uma cultura baseada nos valores da confiança, respeito mútuo, responsabilização e desenvolvimento de objetivos e, bem assim, de disciplina laboral.

Ambiente de trabalho e cultura organizativa

A Fundação assume como objetivos prioritários a criação e manutenção de um clima organizacional e social de bem-estar que estimule o desenvolvimento profissional e pessoal de cada indivíduo e, bem assim, que reconheça e premeie o esforço e a contribuição individual e coletiva com vista à prossecução da sua missão.

Ação social

A Fundação assume o compromisso de desenvolver uma política de ação social efetiva e de integração social tendo em vista responder às necessidades dos colaboradores, com o objetivo de melhorar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Proibição de discriminação

Na sua atuação, nenhum titular dos órgãos estatutários e colaboradores da Fundação pode praticar atos que envolvam qualquer tipo de discriminação ou assédio, nomeadamente com base em ligações pessoais ou familiares, raça, género, idade, orientação sexual, capacidade física, convicções ideológicas, religiosas ou outras.

Proibição de comportamentos ofensivos

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem, igualmente, abster-se do uso de linguagem imprópria ou inadequada e de outros comportamentos que, por ação ou omissão, possam ser considerados ofensivos pelos colaboradores ou que consubstanciem qualquer pressão que possa razoavelmente ser considerada abusiva.

Proteção de dados pessoais

1. A Fundação assume o compromisso de proteger os dados pessoais a que, em razão da sua natureza e atividade específica, tenha acesso e/ou dos quais seja depositária, obrigando-se ao cumprimento do dever de confidencialidade, não podendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores, por qualquer forma, divulgar, transmitir ou utilizar dados pessoais e/ou informação confidencial, exceto se no âmbito normal das suas funções e/ou em cumprimento da lei ou de decisão judicial transitada em julgado.
2. Quando verificadas as exceções antecedentemente previstas, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação conformarão estritamente a sua conduta às normas legais e às melhores práticas em matéria de tratamento e proteção de dados pessoais e informação confidencial.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Os colaboradores da Fundação devem cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, devendo, nomeadamente, abster-se do consumo de álcool ou de substâncias ilícitas no exercício das suas funções.

Proteção ambiental

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem adotar as melhores práticas de proteção ambiental, nomeadamente promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das atividades e uma utilização responsável dos recursos da Fundação.

Dever de zelo e rigor técnico e profissional

Os colaboradores da Fundação devem exercer a sua atividade com o máximo zelo e rigor técnico e profissional, promovendo a melhoria contínua dos padrões de qualidade do serviço prestado pela FFMS, deles se esperando, nomeadamente:

a) Que conheçam e atuem de acordo com as normas e instruções aplicáveis ao exercício da sua função;
b) Que procurem continuamente aperfeiçoar e melhorar os seus conhecimentos.

Dever de informação e reporte

Sempre que possível, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, devem os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação reportar quaisquer atos em desconformidade com a lei e o presente Código, nomeadamente de pressão abusiva ou de assédio, de que tenham conhecimento, não podendo, por isso, ser punidos ou prejudicados.

Dever de informação funcional

1. Para além do adequado desempenho das tarefas de que forem incumbidos, os colaboradores da Fundação deverão proceder de forma transparente, mantendo os seus superiores hierárquicos e outros colaboradores intervenientes nos mesmos processos ao corrente do seu trabalho.
2. É contrária ao dever de lealdade institucional a omissão de factos ou informações que possam afetar o bom nome, a integridade, ou a qualidade

dos serviços prestados pela Fundação, os quais devem ser sempre reportados de acordo com critérios de prudência e razoabilidade e pelos canais hierárquicos adequados.

Reserva funcional e dever de sigilo profissional

1. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação não podem divulgar ou transmitir informações obtidas no desempenho das suas funções, nem a pessoas externas à Fundação, nem a outros colaboradores que delas não necessitem para o cumprimento das suas funções.
2. É igualmente vedada aos titulares dos órgãos estatutários e aos colaboradores da FFMS a utilização de informação a que tenham acesso no desempenho das suas funções para promover interesses próprios ou de terceiros.

Recursos da Fundação

1. Cada um dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação é responsável pelo uso adequado e proteção dos ativos e dos recursos da FFMS, ficando, assim, obrigado a utilizar tais ativos e recursos para o respetivo fim social e a proteger os mesmos contra fraude, furto, alteração ou perda decorrente de atos próprios e/ou de terceiros, velando pela sua conservação e pelo seu bom uso.
2. Compete aos órgãos estatutários e, em particular, aos responsáveis pela gestão dos recursos da Fundação adotar procedimentos e conduta que assegurem a prudência e um uso parcimonioso dos meios disponíveis, o combate ao desperdício e a proscrição de despesas voluptuárias e gastos incompatíveis com o perfil e a missão da FFMS.
3. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem respeitar e proteger o património da Fundação. Os recursos da Fundação devem ser utilizados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objetivos definidos e não para fins pessoais, devendo os colaboradores zelar pela sua proteção e bom estado de conservação, e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos seus serviços, equipamentos e instalações.
4. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem ainda, no âmbito da sua atividade, adotar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e as despesas da

Fundação, com a finalidade de permitir a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Proibição de receção de ofertas ou outros benefícios

1. Em respeito pelos princípios da transparência, da imparcialidade e da independência, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação estão impedidos de receber quaisquer oferendas, pagamentos ou outros benefícios de cliente, fornecedor e/ou beneficiário, que de qualquer forma se relacionem com a sua atividade na Fundação.
2. Nestes termos, é declarada como norma a recusa deliberada de ofertas cujo valor de mercado exceda os € 150,00.

Corrupção

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem opor-se ativamente a todas as formas de corrupção, ativa ou passiva, tendo especial atenção a quaisquer formas de pagamentos, favores e cumplicidades que possam induzir a criação de vantagens ilícitas, tais como ofertas ou recebimentos de fornecedores ou outras entidades.

Conflito de interesses

1. Entende-se que existe conflito de interesses, atual ou potencial, sempre que os titulares dos órgãos estatutários ou os colaboradores permanentes da Fundação tenham um interesse pessoal ou privado, direto ou indireto, que em determinada matéria possa influenciar, direta ou indiretamente, o desempenho imparcial e objetivo das suas funções ou por qualquer forma colida, potencial ou efetivamente, com o interesse da Fundação no âmbito de uma determinada deliberação, e, bem assim, de quaisquer circunstâncias relativas ao titular de órgão estatutário ou ao colaborador em causa ou a um terceiro suscetíveis de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade.
2. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, para o seu círculo de amigos, para outro titular de órgão estatutário ou colaborador permanente da Fundação, para empresa em que tenha interesses ou instituição a que pertença.

3. Os eventuais conflitos de interesses deverão ser imediatamente comunicados, consoante os casos, ao superior hierárquico, ao presidente do Conselho de Administração ou ao presidente do Conselho de Curadores.
4. Se o superior hierárquico, o presidente do Conselho de Administração ou o presidente do Conselho de Curadores concluir pela existência de um conflito de interesses, depois de analisada a situação exposta pelo administrador em questão, decidirá que este não participa na discussão e/ou votação das deliberações em apreço ou meramente relacionadas.
5. As atas das reuniões dos órgãos estatutários da Fundação deverão reproduzir qualquer situação de conflito de interesses assumida pelos respetivos membros.
6. Os titulares dos órgãos estatutários deverão, consoante os casos, enviar ao presidente do Conselho de Curadores ou ao presidente do Conselho de Administração, nos 30 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Código, uma lista das instituições ou empresas das quais sejam membros ou nas quais ocupem qualquer função, bem como proceder à sua atualização sempre que se verifiquem quaisquer alterações.
7. Será criado um Registo de Interesses através de um Regulamento, divulgado na página oficial da Fundação na Internet.

Exclusividade

1. O exercício pelos colaboradores ou membros da Comissão Executiva de quaisquer atividades profissionais externas à Fundação, remuneradas e não remuneradas, deverá ser sempre previamente autorizado pelo Conselho de Administração.
2. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva poderão exercer atividades científicas ou académicas, podendo dedicar-se à docência ou à investigação, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras atividades da mesma natureza, mesmo quando o tema se relacione com o âmbito das suas atribuições profissionais, e ainda exercer funções não executivas em outras instituições.
3. O exercício de uma atividade profissional externa que diminua substancialmente o tempo disponível dos colaboradores ou membros da Comissão Executiva para o exercício das suas atribuições deverá refletir-se, necessariamente, na respetiva remuneração.

4. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação deverão comunicar ao presidente do Conselho de Administração todas as funções que exercem, a título remunerado ou não remunerado, noutras instituições.

Incompatibilidades

1. São incompatíveis com o exercício das suas atribuições como colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação, nomeadamente, os seguintes cargos ou funções:
   a) Titular ou membro de qualquer órgão de soberania;
   b) Função executiva ou consultiva em outras fundações.
3. O Conselho de Administração deliberará caso a caso quanto ao exercício de funções executivas em empresas públicas ou privadas pelos membros da Comissão Executiva.

Atividades Políticas

1. No exercício de atividades cívicas ou políticas, os colaboradores e os titulares dos órgãos estatutários da Fundação devem preservar a independência da FFMS e não comprometer a sua capacidade e a sua aptidão para prosseguir as suas atribuições nos termos dos respetivos Estatutos.
2. Os membros da Comissão Executiva, coordenadores e consultores de área não podem fazer parte de quaisquer órgãos de direção política ou executiva nacional, nem ser porta-vozes de partidos políticos.

Disposições finais

Publicidade

1. O Código de Boas Práticas da Fundação é público e deverá ser divulgado e colocado à disposição de todos os colaboradores, em suporte eletrónico através da Intranet, e prevê a possibilidade de, através de um processo continuado e participativo, se proceder à sua atualização e adaptação.
2. A Fundação deverá adotar medidas eficazes para informar o público sobre o presente Código, designadamente disponibilizando-o na sua página oficial na internet.

3. No processo de admissão de colaboradores da Fundação deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação do presente Código.

Sanções

A violação de qualquer norma ou princípio subjacente e imanente ao presente Código de Boas Práticas pode implicar para o incumpridor a abertura de procedimento disciplinar.

Dúvidas e omissões

1. Para esclarecimento de dúvidas que se coloquem a propósito das matérias objeto do presente Código, para a comunicação de qualquer irregularidade ou para a resolução de eventuais problemas será nomeado um Curador que ficará especialmente responsável pela aplicação do presente Código, devendo ser-lhe veiculado diretamente qualquer pedido de esclarecimento, queixa ou quaisquer outros assuntos que os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação considerem ser de colocar junto do Conselho de Administração ou do Conselho de Curadores.
2. Nas situações omissas no presente Código, compete ao Conselho de Administração ou ao Conselho de Curadores, consoante os casos, deliberar em harmonia com a Carta de Princípios da Fundação.

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua divulgação por todos os colaboradores e serviços da Fundação e obriga, sem exceção, todos aqueles abrangidos pelo seu âmbito tal como nele definido, não lhes sendo lícito a invocação de desconhecimento e/ou obscuridade como causa de exclusão de culpa e/ou responsabilidade.

Alteração, modificação ou substituição

O presente Código apenas pode ser alterado, modificado ou substituído, total ou parcialmente, por deliberação conjunta do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação.

Anexo IV

Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado nº 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodata, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do nº 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

João Tiago Valente Almeida da Silveira

Despacho n.º 3294/2013

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva privada n.º 508867380, com sede na Rua Tierno Galvan, freguesia de Santa Isabel, concelho e distrito de Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12 de Fevereiro de 2009 e reconhecida por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 5 de junho de 2009.

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 12 de março de 2010, publicado no Diário de República, 2.ª série, n.º 57, de 23 de março de 2010, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/76/2013 do processo administrativo n.º 53/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 10503/2012, de 31 de julho de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, de 6 de agosto de 2012, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

29 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

3072013

Anexo V

Despacho de Autorização de Alteração Estatutária

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Registado c/ A.R.

Ex.ma Senhora
Dr.ª Isabel Mayer Martinha
Na qualidade de mandatária da
Fundação Francisco Manuel dos Santos
Rua Castilho, n.º 59, 4.º Dt.º
1250-068 Lisboa

S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Referência	Ofício n.º	Data
		P.º 17/FUND/2016	3209/DAJD/2016	2016 DEZ 15

Assunto: Pedido de autorização de alteração estatutária

Relativamente ao assunto em epígrafe, junto remeto cópia do despacho autorizador proferido pela Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa em 13 do corrente mês de dezembro, bem como da informação ali referida, que leva anexo o texto dos estatutos.
Mais informo que deverá remeter a estes serviços, logo que disponível, cópia da escritura de alteração estatutária efetuada na sequência desta autorização.
Com os melhores cumprimentos

A Secretária-Geral Adjunta

Catarina Romão Gonçalves

ANA SASSETTI da MOTA
Directora de Serviços
Assuntos Jurídicos e Documentação

Anexos:
- Cópia do despacho da SEAMA
- Cópia da informação DAJD/1186/2016

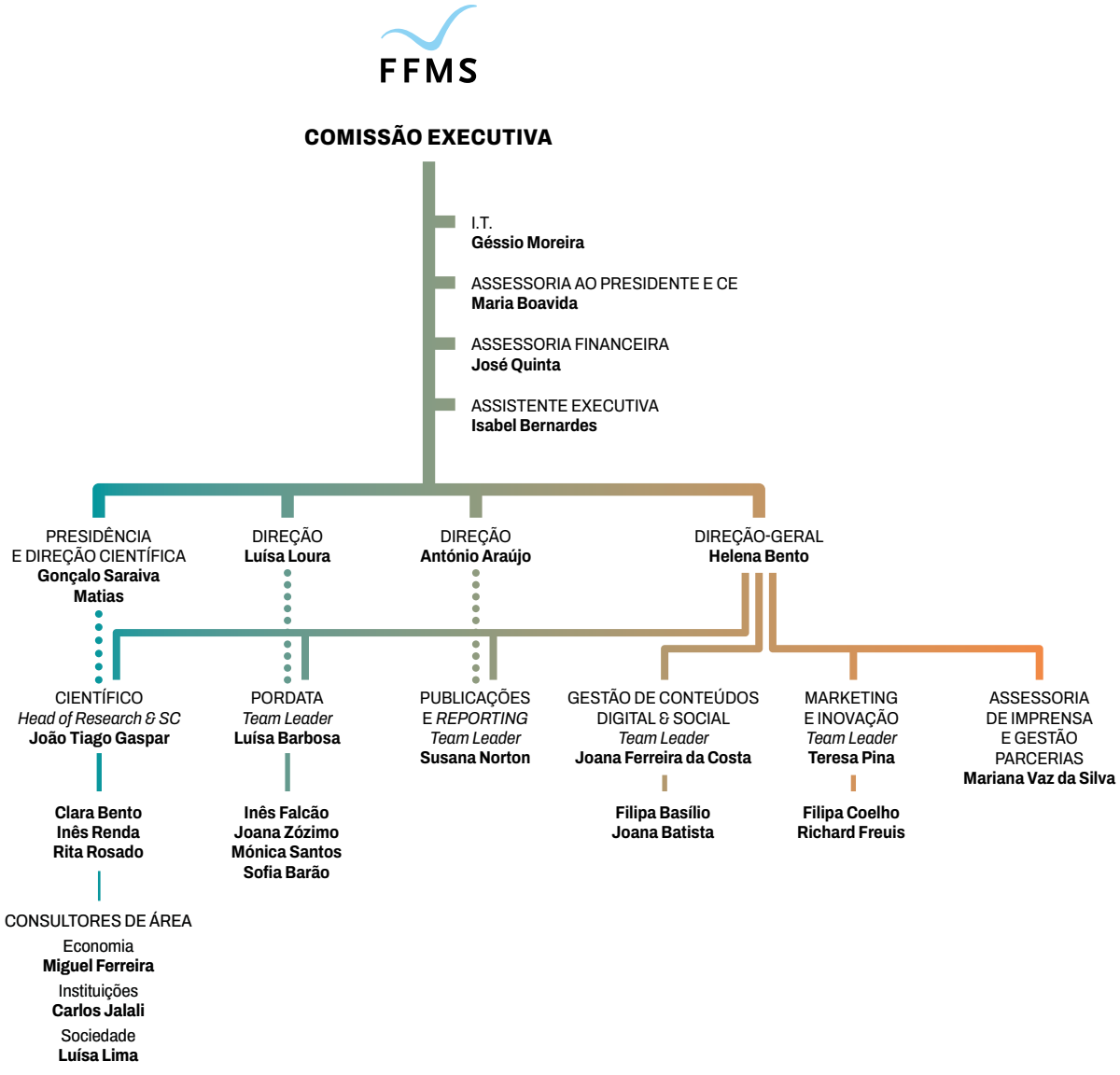
MJG

Mod - 4 FUND - notificação de autorização para alterar estatutos
Rua Professor Gomes Teixeira, n.º 2 - 1399-022 Lisboa
Tel.: +351 21 392 76 76

E-mail: fundacoes@sg.pcm.gov.pt
URL: www.sg.pcm.gov.pt

Anexo VI

Organigrama da Fundação a 31/12/2022



Anexo VII

Procedimentos para a Avaliação de Atividades da Fundação

1) A avaliação das atividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2 dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objetivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.

2) A avaliação das atividades da Fundação tem como objetivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre atividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.

3) Em nenhum momento a avaliação das atividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.

4) As avaliações podem ser internas e externas.

5) As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.

6) As avaliações externas serão excecionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.

7) A avaliação das atividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será da competência da Comissão Executiva, exceto quando envolva um montante superior a cem mil euros nos termos do Regulamento Interno.

8) A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:

a) Tipo de avaliação;
b) Objetivo da avaliação;
c) Nome dos avaliadores;
d) Termos de referência da avaliação;
e) Calendário da avaliação;
f) Metodologia da avaliação.

9) A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.

10) Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objetivo específico de assistir o Conselho de Administração no exercício das suas competências.

Anexo VIII

Protocolos e Parcerias em Vigor a 31/12/2022

PROTOCOLOS E PARCERIAS

- Âmbito Cultural do El Corte Inglés
- ANAFRE — Associação Nacional de Freguesias
- APEL, Associação Portuguesa de Editores de Livros
- Aquário Vasco da Gama
- Arquivo da RTP
- Biblioteca Nacional de Portugal
- Carpintarias de São Lázaro
- Casa da Cerca, Almada
- CMTV, Programa *Falar Global*
- CNN Portugal
- Escola Superior de Educação de Lisboa
- *Expresso* (jornal)
- Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa
- FNAC
- Fundação Altice
- Fundação Casa de Mateus
- ICS da UL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa
- ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa
- ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa
- *Jornal Económico*
- Mira Fórum, Porto
- Museu da Água, EPAL
- Porto de Leixões, APDL
- Prata Riverside Village, Lisboa
- *Público* (jornal)
- Rádio Renascença
- Revista *Visão*
- Rede de Bibliotecas Escolares
- RTP, Radiotelevisão de Portugal
- SIC
- SIC Notícias
- Teatro Aberto
- Teatro Thalia
- TVI
- Universidade Católica Portuguesa
- Universidade de Aveiro, UA
- Universidade de Coimbra, UC
- Universidade de Lisboa, UL
- Universidade do Minho, UM
- Universidade do Porto, UP
- Universidade dos Açores, UA
- Universidade Nova de Lisboa, UNL
- V-Dem: Varieties of Democracy

FONTES PORDATA

Portugal/Municípios

- Assembleia da República (AR)
- Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM)
- Banco de Portugal (BdP)
- Comissão Nacional de Eleições (CNE)
- Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR)
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA)
- Governo dos Açores
- Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Madeira (IFCN Madeira)
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)
- Procuradoria-Geral da República (PGR)
- Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas do Governo dos Açores (SRAAC Açores)
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Sociedade Interbancária d Serviços (SIBS)

Presidência (MP)

- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)
- Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE)*

Administração Interna (MAI)

- Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.(IMT)*
- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Agricultura e Alimentação (MAA)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)*
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)*

Ambiente e da Ação Climática (MAAC)

- Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral do Território (DGT)*
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.(IMT)*
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)*

Assuntos Parlamentares (MAP)

- Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)*
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)*
- Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)
- Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE)*
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)*
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)*

Coesão Territorial (MCT)

- Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL)
- Direção-Geral do Território (DGT)*

Cultura (MC)

- Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)*
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)
- Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA)

Economia e do Mar (MEM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)*
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)*
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.(IMT)*
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)*
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA)*

* Tutela partilhada

Educação (ME)

- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)*
- Instituto de Avaliação Educativa, I. P. (IAVE)
- Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. (IGeFE)*
- Júri Nacional de Exames (JNE)
- Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)

Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)
- Caixa Geral de Aposentações (CGA)*
- Direção-Geral do Orçamento (DGO)
- Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (ADSE)*

Infraestruturas e Habitação (MIH)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)*
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.(IMT)*

Justiça (MJ)

- Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P. (INPI)*

Saúde (MS)

- Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS)
- Direção-Geral de Saúde (DGS)
- INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P. (INFARMED)
- Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA)
- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)

- Caixa Geral de Aposentações, I. P. (CGA)*
- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Direção-Geral da Segurança Social (DGSS)
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP)*

- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. (IGFSS)
- Instituto de Informática, I. P. (II)
- Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS)

Europa

- Comissão Europeia (CE)
- Departamento de Estatística da União Europeia (Eurostat)
- Nações Unidas (NU)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

Anexo IX

Órgãos Sociais da Fundação a 31/12/2022

Conselho de Curadores

José Soares dos Santos, presidente
Alda Carvalho
António Lobo Xavier
Eduardo Marçal Grilo
Jaime Gama
Luís Amado
D. Manuel Clemente
Nuno Garoupa
Helena Bento
Inês Soares dos Santos Canas
Luísa Loura
Maria Manuel Mota
Nuno Crato

Comissão de Vencimentos

José Soares dos Santos, presidente
Eduardo Marçal Grilo
Luís Amado

Conselho de Administração

Gonçalo Saraiva Matias, presidente
António Araújo
Fátima Barros

Comissão Executiva

Gonçalo Saraiva Matias, presidente
Helena Bento, diretora-geral
António Araújo, diretor de publicações
Luísa Loura, diretora da Pordata

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos, presidente
Paula Prado
Auditor Externo, EY

Anexo X

Lista de Estudos da Fundação

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2012 (4)

1. "Desigualdade económica em Portugal"

Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues (Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. "Projeções 2030 e o futuro"

Coordenação: Maria Filomena Mendes (Instituto Superior de Economia e Gestão) e Maria João Valente Rosa (Universidade de Évora)

3. "Droga e Propinas: avaliações de impacto legislativo"

Coordenação: Ricardo Gonçalves (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa)

4. "Justiça económica em Portugal"

Coordenação: Mariana França Gouveia (Universidade Nova de Lisboa), Nuno Garoupa (Universidade George Mason) e Pedro Magalhães (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2013 (9)

1. "Segredo de justiça"

Coordenação: Fernando Gascón Inchausti (Universidade Complutense de Madrid)

2. "Informação e Saúde"

Autora: Rita Espanha (Instituto Universitário de Lisboa)

3. "Escolas para o século XXI: Liberdade e autonomia na educação"

Autor: Alexandre Homem Cristo (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

4. "Que ciência se aprende na escola?"

Coordenação: Margarida Afonso (Escola Superior de Educação de Castelo Branco)

5. "25 anos de Portugal europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais"

Coordenação: Augusto Mateus (Instituto Superior de Economia e Gestão)

6. "O cadastro e a propriedade rústica em Portugal"

Coordenação: Rodrigo Sarmento de Beires (Associação de Municípios da Terra Quente Trasmontana)

7. "Custos e preços na saúde: passado, presente e futuro"

Coordenação: Carlos Costa (Antigo Governador do Banco de Portugal)

8. "Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida"

Coordenação: Manuel Villaverde Cabral (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

9. "Literatura e ensino do Português"

Equipa: José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus (Faculdade de Letras de Coimbra da Universidade de Coimbra)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2014 (10)

1. "Mais diários de uma sala de aula"

Coordenação: Maria Filomena Mónica (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

2. "Portugal nas decisões europeias: uma perspectiva comparada"

Coordenação: Alexander Trechsel e Richard Rose (Instituto Universitário de Florença)

3. "Mortalidade infantil em Portugal: evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008"

Coordenação: Xavier Barreto (Centro Hospitalar de S. João EPE) e José Pedro Correia (Observatório Português de Canábis Medicinal)

4. "Ensino da leitura no 1.º ciclo do Ensino Básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores"

Coordenação: João A. Lopes, Maria Gabriela Velasquez, Leandro S. Almeida (Universidade do Minho), Louise Spear-Swerling (Southern Connecticut State University), Célia Oliveira (Universidade Lusófona do Porto) e Luísa Araújo (Instituto Superior de Educação e Ciências)

5. "Os tempos na escola: estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países"

Equipa: Maria Isabel Festas, Ana Maria Seixas, Armanda Matos e Patrícia Frias Fernandes (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra)

6. "A ciência na educação pré-escolar: a promoção da literacia científica em jardim de infância em Portugal"

Equipa: Maria Lúcia Santos (Associação de Profissionais de Educação de Infância), Maria Filomena Gaspar (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra) e Sofia Saraiva Santos

7. "Juízes na europa: formação, seleção, promoção e avaliação"

Autor: Carlos Gómez Ligüerre (Universitat Pompeu Fabra)

8. "O Ministério Público na Europa"

Equipa: José Martín Pastor (Universidade de Valência), Pedro Garcia Marques (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa) e Luís Eloy Azevedo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

9. "Feitura das leis: Portugal e a Europa"

Coordenação: João Caupers (NOVA School of Law), Marta Tavares de Almeida (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Universidade de Lisboa) e Pierre Guibentif (Instituto Universitário de Lisboa)

10. "Inquérito à Fecundidade 2013"

Coordenação: INE (Instituto Nacional de Estatística)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2015 (8)

1. "O quinto compromisso: desenvolvimento de um sistema de garantia do desempenho educativo em Portugal"

Equipa: Margaret E. Raymond e Yohannes Negassi (CREDO, Universidade de Stanford)

2. "Ciência e Tecnologia em Portugal: métricas e impacto (1995–2011)"

Equipa: Armando Vieira (Stratified Medical) e Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)

3. "Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1951–2011): evolução e perspectivas"

Coordenação: Mário Leston Bandeira (Associação Portuguesa de Demografia)

4. "A Economia do futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas"

Coordenação: João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

5. "Valores, qualidade institucional e desenvolvimento em Portugal"

Coordenação: Alejandro Portes (Princeton University) e M. Margarida Marques (Universidade Nova de Lisboa)

6. "Três décadas de Portugal europeu: balanço e perspetivas"

Coordenação: Augusto Mateus

7. "O multimédia no ensino das ciências: cinco anos de investigação e ensino em Portugal"

Equipa: João Paiva, Carla Morais e Luciano Moreira (Faculdade de Ciências da Universidade do Porto)

8. "Cultura científica em Portugal: Ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo"

Equipa: António Granado e José Vítor Malheiro (jornalistas)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2016 (2)

1. "Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal, 2009–2014"

Coordenação: Carlos Farinha Rodrigues (Instituto Superior de Economia e Gestão)

2. "Será a repetição de ano benéfica para os alunos?"

Coordenação: Luís Catela Nunes, Ana Balcão Reis e Carmo Seabra (Nova School of Business and Economics)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2017 (7)

1. "Migrações e sustentabilidade demográfica: perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas"

Coordenação: João Peixoto (ISEG), Daniela Craveiro (ISEG/ISCTE) e Jorge Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)

2. "Limitação de mandatos"

Coordenação: Francisco Veiga e Linda Veiga (Universidade do Minho)

3. "Justiça entre gerações: perspetivas interdisciplinares"

Coordenação: Jorge Pereira da Silva e Gonçalo de Almeida Ribeiro (Universidade Católica Portuguesa)

4. "Mobilidade social em Portugal"

Coordenação: Teresa Bago d'Uva (Erasmus School of Economics)

5. "O Estado por dentro: uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal"

Coordenação: Daniel Seabra Lopes (Instituto Superior de Economia e Gestão)

6. "O impacto económico dos fundos europeus: a experiência dos municípios portugueses"

Coordenação: José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos (Nova School of Business and Economics)

7. "Porque melhoraram os resultados PISA em Portugal? Estudo longitudinal e comparado (2000–2015)"

Coordenação: Ana Sousa Ferreira (Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2018 (7)

1. "Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu"

Coordenação: Anália Torres (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa)

2. "Dinâmica empresarial e desigualdade"

Coordenação: Rui Baptista (Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa)

3. "Diversificação e crescimento da economia portuguesa"

Coordenação: Leonor Sopas (Católica Porto Business School)

4. "Encerramento de multinacionais: o capital que fica"

Coordenação: Pedro de Faria (Faculdade de Economia e Gestão da Universidade de Groningen)

5. "Orçamento, economia e democracia: uma proposta de arquitetura institucional"

Coordenação: Abel M. Mateus (Universidade Nova de Lisboa)

6. "Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos"

Equipa: José Tavares, Ernesto Freitas e João Pereira dos Santos (Nov School of Business and Economics)

7. "Qualidade da governação local em Portugal"

Coordenação: António F. Tavares (Florida State University) e Luís de Sousa (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2019 (7)

1. "As mulheres em Portugal, hoje: quem são, o que pensam e o que sentem"

Coordenação: Laura Sagnier e Alex Morell (PRM — Market Intelligence)

2. "Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System"

Coordenação: Amílcar Moreira (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

3. "Instituições e qualidade da democracia: cultura política na Europa do sul"

Coordenação: Tiago Fernandes (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa)

4. "Identidades religiosas e dinâmicas sociais na Área Metropolitana de Lisboa"

Coordenação: Alfredo Teixeira (Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa)

5. "A evolução da ciência em Portugal (1987-2016)"

Coordenação: Nuno Ferrand (CIBIO, Universidade do Porto)

6. "Os tribunais e a crise económica e financeira: uma análise do discurso judicial"

Coordenação: Teresa Violante (FAU, Nuremberga) e Patrícia André (CEDIS, Universidade Nova de Lisboa)

7. "Constitutions in Times of Financial Crisis"

Coordenação: Tom Ginsburg (Universidade de Chicago) e Georg Vanberg (Universidade de Duke)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2020 (3)

1. "GDP-Linked Bonds in the Portuguese Economy"

Coordenação: Gonçalo Pina (ESCP Business School)

2. "Datação dos ciclos da economia portuguesa"

Coordenação: Ricardo Reis (London School of Economics).

3. "Features of Portuguese International Trade: A Firm-Level Perspective"

Coordenação: João Amador (Nova School of Business and Economics)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2021 (6)

1. "Artificial Intelligence Pathways and Opportunities: A View from Portugal"

Coordenação: João Castro (Nova School of Business and Economics)

2. "A Pobreza em Portugal: Trajetos e Quotidianos"

Coordenação: Fernando Diogo (Universidade dos Açores)

3. "Financial Constraints and Business Dynamics: Lessons from the 20082013 Recession"

Coordenação: Carlos Carreira (Universidade de Coimbra)

4. "Transport Systems in Portugal: Analysis of efficiency and regional impact"

Coordenação: Carlos Oliveira Cruz (Instituto Superior Técnico)

5. "Do Made in ao Created in: um novo paradigma para a economia portuguesa"

Coordenação: Fernando Alexandre (Universidade do Minho)

6. "Os jovens em Portugal, Hoje: quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem"

Coordenação: Laura Sagnier (PRM — Market Intelligence)

ESTUDOS DIVULGADOS EM 2022 (8)

1. "The Real Estate Market in Portugal: Prices, rents, tourism and accessibility"

Coordenação: Paulo Rodrigues (Nova School of Business and Economics)

2. "Um novo normal? Impactos e lições de dois anos de pandemia em Portugal"

Coordenação: Nuno Monteiro (Universidade de Yale) e Carlos Jalali (Universidade de Aveiro)

3. "O financiamento das PME portuguesas: a crise e a recuperação entre 2008 e 2018"

Coordenação: Clara Raposo (Instituto Superior de Economia e Gestão)

4. "Os Grupos de Interesse no Sistema Político Português"

Coordenação: Marco Lisi (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa)

5. "Financing Entrepreneurship in Portugal"

Coordenação: Miguel Ferreira (Nova School of Business and Economics)

6. "Território de bem-estar: assimetrias nos municípios portugueses"

Coordenação: Rosário Mauritti (Instituto Universitário de Lisboa)

7. "O Estado Regulador em Portugal: evolução e desempenho"

Coordenação: Ana Lourenço (Católica Porto Business School)

8. "Ethics and Integrity in Politics: Perceptions, Control and Impact"

Coordenação: Luís de Sousa e Susana Coroado (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa)

Anexo XI

Lista de Ensaios da Fundação, 2010–2022

N.º	Título	Data de Lançamento
1	Ensino do Português	junho 10
2	Economia Portuguesa	junho 10
3	Portugal: Os Números	junho 10
4	Justiça Fiscal	setembro 10
5	Difícil é Educá-los	outubro 10
6	Autoridade	outubro 10
7	Propriedade Privada: Entre o Privilégio e a Liberdade	outubro 10
8	Filosofia em Directo	janeiro 11
9	Segurança Social	janeiro 11
10	A Ciência em Portugal	janeiro 11
11	Economia, Moral e Política	abril 11
12	Discriminação da Terceira Idade	abril 11
13	Corrupção	abril 11
14	Portugal e o Mar	abril 11
15	Sondagens, Eleições e Opinião Pública	maio 11
16	A Televisão e o Serviço Público	julho 11
17	Os Atrasos da Justiça	julho 11
18	A Morte	julho 11
19	Ensaio Respublicano	setembro 11
20	O Governo da Justiça	setembro 11
21	Liberdade e Informação	setembro 11
22	A Nova Medicina	janeiro 12
23	Classe Média: Ascensão e Declínio	janeiro 12
24	Portugal: Dívida Pública e o Défice Democrático	janeiro 12
25	Forças Armadas em Portugal	maio 12
26	O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	maio 12
27	Matemática em Portugal, Uma Questão de Educação	maio 12
28	O Ensino da História	outubro 12
29	Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional	outubro 12

N.º	Título	Data de Lançamento
30	A Crise, a Família e a Crise da Família	outubro 12
31	O Trabalho, Uma Visão de Mercado	janeiro 13
32	O Futuro do Estado Social	janeiro 13
33	Pela Sua Saúde	janeiro 13
34	Liberdade de Expressão	maio 13
35	Sobre a Morte e o Morrer	maio 13
36	A Sexualidade	maio 13
37	Os Investimentos Públicos em Portugal	outubro 13
38	Parcerias Público-Privadas	outubro 13
39	Portugal e a Europa: Os Números	outubro 13
40	Identidade Cultural Europeia	dezembro 13
41	Economia Paralela	janeiro 14
42	O Futuro da Floresta em Portugal	janeiro 14
43	Educação e Liberdade de Escolha	janeiro 14
44	Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa	maio 14
45	Migrações e Cidadania	maio 14
46	O Cancro	maio 14
47	Os Portugueses e o Mundo	outubro 14
48	Pseudociência	outubro 14
49	Sociedade Civil	outubro 14
50	Confiança nas Instituições Políticas	janeiro 15
51	Ética com razões	janeiro 15
52	Crianças e Famílias num Portugal em Mudança	maio 15
53	A Agricultura Portuguesa	maio 15
54	O Parlamento Português	maio 15
55	Adolescentes	setembro 15
56	Política Externa Portuguesa	setembro 15
57	O Dinheiro	setembro 15
58	Rússia e Europa	janeiro 16
59	Portugal e o Espaço	janeiro 16
60	Política e Entretenimento	janeiro 16
61	O Futuro da UE	maio 16
62	Portugal e o Atlântico	maio 16
63	Turismo em Portugal	maio 16
64	A Democracia na Europa	agosto 16
65	Pessoas com Deficiência em Portugal	agosto 16

N.º	Título	Data de Lançamento
66	Ambiente em Portugal	agosto 16
67	O Valor da Arte	outubro 16
68	Crise e Crises	outubro 16
69	Portugal, um Perfil Histórico	outubro 16
70	Portugal: Paisagem Rural	janeiro 17
71	Portugal e o Comércio Internacional	janeiro 17
72	Euro e o Crescimento Económico	janeiro 17
73	Os Exportadores Portugueses	maio 17
74	Partidos e Sistemas Partidários	maio 17
75	O Sistema Político Português	maio 17
76	Futebol, o Estádio Global	setembro 17
77	A Universidade Como Deve Ser	setembro 17
78	O Ensino Superior em Portugal	setembro 17
79	Qualidade da Democracia	janeiro 18
80	Hiperatividade e Défice de Atenção, Ausência e Procura de Si	janeiro 18
81	Nós e os Outros	janeiro 18
82	A Saúde Mental dos Portugueses	maio 18
83	As Pescas em Portugal	maio 18
84	Cinema e História: aventuras narrativas	maio 18
85	Envelhecimento e Políticas de Saúde	setembro 18
86	Ditadura e Democracia	setembro 18
87	Desperdício Alimentar	setembro 18
88	Prevenir Doenças e Conservar a Saúde	janeiro 19
89	A Energia em Portugal	janeiro 19
90	Inteligência Artificial	janeiro 19
91	Eleições na União Europeia	abril 19
92	Administração Pública Portuguesa	abril 19
93	Religião em Portugal	abril 19
94	A Europa Não é um País Estrangeiro	junho 19
95	Pode Portugal Ter uma Estratégia?	junho 19
96	Criminalidade e Segurança	setembro 19
97	As Plantas e os Portugueses	setembro 19
98	Saúde Digital	setembro 19
99	A Habitação Apoiada em Portugal	janeiro 20
100	Património Cultural: Realidade Viva	janeiro 20
101	Ferrovia em Portugal: Passado, Presente e Futuro	janeiro 20

N.º	Título	Data de Lançamento
102	E Se Eu Não Puder Decidir? Saber Escolher no Final da Vida	maio 20
103	Cuidado Paliativos, Conheça-os Melhor	maio 20
104	O Mundo de Amanhã: Geopolítica Contemporânea	maio 20
105	Adolescentes: As suas Vidas, o seu Futuro	setembro 20
106	Jobs for the boys? As Nomeações para o Topo da Administração Pública	setembro 20
107	Hábitos Alimentares dos Portugueses	setembro 20
108	Os Incêndios Florestais em Portugal	janeiro 21
109	Descentralização e Poder Local em Portugal	janeiro 21
110	O Regresso das Ditaduras?	janeiro 21
111	Alterações Climáticas	maio 21
112	Racismo Hoje, Portugal em Contexto Europeu	maio 21
113	Sexualidade e Reprodução em Portugal, os Tempos da Pandemia	maio 21
114	Alterações climáticas, Porquê Conservar a Biodiversidade?	setembro 21
115	Lisboa em Metamorfose	setembro 21
116	Democracia Local	setembro 21
117	Economia Azul	janeiro 22
118	Economia Portuguesa: As Últimas Décadas	janeiro 22
119	Governo de Portugal	janeiro 22
120	Galiza, Terra Irmã de Portugal	maio 22
121	O Universo, do Big Bang aos Buracos Negros	maio 22
122	Portos em Portugal	maio 22
123	Proteção Social no Portugal Democrático: Trajetórias de Reforma	agosto 22
124	Oceano de Plástico	agosto 22
125	Portugal-Brasil: Encontros e Desencontros	agosto 22

Anexo XII

Lista de Retratos da Fundação, 2014–2022

N.º	Título	Data de Lançamento
1	Prematuros	maio 14
2	Portugal em ruínas	maio 14
3	Longe do mar	maio 14
4	Portugal de perto	outubro 14
5	Terra firme	outubro 14
6	Na urgência	outubro 14
	Pack Retratos	novembro 14
7	Malditos — histórias de homens e de lobos	março 15
8	Aleluia	março 15
9	Atelier	março 15
10	A escola	maio 15
11	Os últimos marinheiros	maio 15
12	A porteira, a madame e outras histórias de Portugueses em França	maio 15
13	Telenovelas, indústria e cultura, Lda.	janeiro 16
14	Alentejo prometido	fevereiro 16
15	Esquadra de polícia	fevereiro 16
16	Arigato, eu	maio 16
17	Raízes	maio 16
18	Movimento perpétuo	maio 16
19	Guardas de passagem de nível	fevereiro 17
20	Em nome da filha	fevereiro 17
21	Hotel, os bastidores	fevereiro 17
22	Peregrinos	abril 17
23	Vale a pena?	maio 17
24	Trás-os-Montes, o Nordeste	maio 17
25	Ajudar a cair	setembro 17
26	Porto, última estação	setembro 17
27	Turista infiltrado	setembro 17

N.º	Título	Data de Lançamento
28	Terapias, energias e outras fantasias	fevereiro 18
29	Filhos da quimio	fevereiro 18
30	Com a devida vénia: diários dos tribunais	fevereiro 18
31	No centro do poder: Governo e administração em Portugal	maio 18
32	Da costa	maio 18
33	Vida de prisão	maio 18
34	Ainda aqui estou	setembro 18
35	Viver da morte	setembro 18
36	Cientistas portugueses	fevereiro 19
37	Arquive-se	fevereiro 19
38	Efeito Marcelo, o comentário político na televisão	fevereiro 19
39	Quinas e castelos, sinais de Portugal	maio 19
40	O macaco bêbedo foi à ópera: da embriaguez à civilização	maio 19
41	Vila Medieval	maio 19
42	Que nós estamos aqui: 12 passos para a recuperação	janeiro 20
43	Prisões	janeiro 20
44	Cobras, lagartos e baratas: Os melhores amigos do homem?	janeiro 20
45	Os Pombos da Senhora Alice: Envelhecer em Portugal	maio 20
46	Maternidade	maio 20
47	Cidade suspensa, Lisboa em estado de emergência?	junho 20
48	Culatra, Uma ilha com gente dentro	agosto 20
49	Regras de isolamento	agosto 20
50	45 Anos de combate à corrupção	janeiro 21
51	Quando as Escolas Fecharam: Cadernos de pandemia	janeiro 21
52	A blogosfera portuguesa: Da coluna infame ao ocaso de uma era	janeiro 21
53	Museus de Lisboa	maio 21
54	Adoção tardia	maio 21
55	Os Homens também choram, Histórias da nova masculinidade	maio 21
56	Homens sem coração	setembro 21
57	Ilhas da Ria	setembro 21
58	Em que posso ser útil?	setembro 21
59	Campo dos Bargos, o futebol ou a recuperação semanal da infância	fevereiro 22
60	Vamos ao teatro	fevereiro 22

N.º	Título	Data de Lançamento
61	As invisíveis, histórias sobre o trabalho da limpeza	fevereiro 22
62	Ama o precipício, Mata Nacional do Bussaco	maio 22
63	Ser ator em Portugal	maio 22
64	Mandem saudades, uma longínqua história de emigração	maio 22
65	Avieiros, hoje	agosto 22
66	A Religião dos livros	agosto 22
67	Castro Laboreiro, entre brandas e inverneiras	agosto 22

Anexo XIII

Lista de Outros Livros da Fundação, 2014–2022

N.º	Autor	Título	Data de Lançamento
1	António Pedro Vasconcelos	O Futuro da Ficção	novembro 12
2	Filipe Duarte Santos	Alterações Globais: Os Desafios e os Riscos Presentes e Futuros	outubro 12
3	José Afonso Furtado	Uma Cultura da Informação para o Universo Digital	outubro 12
4	Vários	Os Portugueses em 2030	março 13
5	José Morais	Alfabetizar em Democracia	setembro 13
6	Vários	Portugal e a Europa: Novas Cidadanias	novembro 13
7	Manuel Mira Godinho	Inovação em Portugal	novembro 13
8	Maria Filomena Mónica	A Sala de Aula	março 14
9	Vários	Diários de uma Sala de Aula	março 14
10	Vários	Portugal Europeu. E agora?	março 14
11	Eliana Gersão	A Criança, a Família e o Direito	junho 14
12	Jorge Calado	Limites da Ciência	julho 14
13	Jaime Gama e Gonçalo Almeida Ribeiro	À Procura da Liberdade. Uma Antologia.	outubro 14

N.º	Autor	Título	Data de Lançamento
14	Fernando Alexandre	Crise e Castigo	maio 16
15	Elísio Estanque	Praxe e Tradições Académicas	outubro 16
16	Fernando Alexandre, Luís Aguiar-Conraria, Pedro Bação	Crise e Castigo e o Dia Seguinte	outubro 19
17	Vários	Coleção Os Portugueses	fevereiro 20
18	Jorge Braga de Macedo, Nuno Cassola e Samuel Rocha Lopes	Por Onde Vai a Banca em Portugal?	julho 20
19	José Mendes Ferrão, Luís Mendonça de Carvalho	As Plantas e a Alimentação Mundial	novembro 20
20	Vários	Coleção 10 Anos da Fundação — Pensar o Tempo Comum	fevereiro 21
21	Jorge Calado	Limites da Ciência — 2.ª edição	abril 21
22	Vários	Artur Pastor	outubro 21
23	Margarida David Cardoso, Sara B. Monteiro, Sebastião Almeida	Verdes Anos, Retratos de Juventude	outubro 21
24	José Pedro Zúquete	Populismos, Lá Fora e Cá Dentro	abril 22
25	Duarte Belo e Álvaro Domingues	Paisagem Portuguesa	outubro 22

A Equipa da Fundação em 2022



Fundação Francisco Manuel dos Santos
Largo Monterroio Mascarenhas, 1 – 7.º
1099-081 Lisboa · NIF: 508 867 380
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Título: Relatório Anual 2022
Revisão de texto: Rita Matos
Design de capa: FYP For Yesterday Projects
Paginação: Guidesign
Impressão: Guide — Artes Gráficas, Lda.
© FFMS, Maio 2023


FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS